



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 028

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 18 DE ABRIL DE 2005

ANO XXX

### *Mesa Executiva*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**PEDRO IVO ILKIV**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PP

**ELIO RUSCH**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**PASTOR EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

### *Lideranças*

Líder do Governo ..... Dobrandino da Silva  
Líder da Oposição ..... Valdir Rossoni  
PTB ..... Carlos Simões  
PFL ..... Plauto Miró Guimarães  
PSDB ..... Ademar Traiano  
PMDB ..... Antonio Anibelli  
PP ..... Cida Borghetti  
PT ..... Tadeu Veneri  
PDT ..... Barbosa Neto  
PSL ..... Luiz Carlos Martins  
PL ..... Mauro Moraes  
PPS ..... Waldir Leite

### *Representação Partidária*

**PMDB** - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 04: Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **PTB** - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PSL** - 01: Luiz Carlos Martins.

**SUMÁRIO**

<b>028ª SESSÃO ORDINÁRIA .....</b>	<b>02</b>
<b>Lista de presenças.....</b>	<b>02</b>
<b>Expediente</b>	
Mensagens .....	03
Ofício .....	03
Indicações .....	13
Requerimentos .....	14
Projetos de Leis.....	15
<b>PequenoExpediente</b>	
Dep. Barbosa Neto .....	18
Dep. Rafael Greca.....	19
Dep. José Domingos Scarpellini....	20
Dep. Jocelito Canto.....	21
Dep. Ratinho Júnior .....	21
Dep. André Vargas .....	22
<b>Horário das Lideranças</b>	
Liderança do PFL: Dep. Durval	
Amaral .....	23
Liderança do PSDB: Dep. Valdir	
Rossoni.....	24
Liderança do PMDB: Dep.	
Delegado Bradock.....	27
Liderança do Governo: Dep.	
Dobrandino da Silva .....	27
Liderança da Oposição: Dep.	
Valdir Rossoni.....	25
<b>Ordem do Dia</b>	
Leitura do Expediente .....	28
Discussão/Votação .....	28
2ª Discussão .....	28
Requerimentos .....	40
<b>Ordem do dia da próxima Sessão .....</b>	<b>40</b>
<b>Publicações.....</b>	<b>40</b>
Atas de Comissão.....	40
Comissão de Educação, Cultura e	
Esportes .....	40

**028ª SESSÃO ORDINÁRIA**

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 028ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
18 DE ABRIL DE 2005**

*(segunda-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados André Vargas e Ratinho Júnior.

**Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cleiton Kielse, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Valdir Rossoni e Waldir Leite (46). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Pedro Ivo Ilkiv, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Miltinho Pupio e Tadeu Veneri (08).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

**SESSÃO ORDINÁRIA.****O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

**O SR. 2º SECRETÁRIO**

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada.

**O SR. NEREU MOURA (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, quero chamada nominal na votação da Ata.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O novo Regimento estabelece que não tem votação da Ata, só discussão. Se tivermos oito Parlamentares enquanto não tiver nenhuma votação, temos que dar continuidade à Sessão.

Em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

## ***Expediente:***

## ***Mensagem***

MENSAGEM Nº 012/2005

Curitiba, 13 de abril de 2005.

Exmo. Sr. Presidente da Assembléia Legislativa

Exmos. Srs. Deputados

Tenho a elevada honra de submeter à consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, texto do anteprojeto de lei que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 2006.

O anteprojeto de lei compõe-se de onze capítulos, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e apresentação da receita para o exercício de 2006;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

As prioridades da Administração Pública Estadual para o exercício de 2006 estão de conformidade com a programação estabelecida no Plano Plurianual - 2004 a 2007, aprovado pela Lei Estadual n 14.276, de 29 de dezembro de 2003.

O anteprojeto da LDO apresenta o Anexo de Metas Fiscais, no qual são estabelecidas as metas anuais, em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), para receitas, despesas, resultados nominais e primário e montante da dívida pública para os exercícios de 2006, 2007 e 2008. O Anexo de Metas Fiscais apresenta ainda uma avaliação

do cumprimento das metas relativas ao exercício de 2004 e o demonstrativo das metas anuais de 2005.

O Poder Executivo ficará à disposição, através das Secretarias de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Fazenda, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar as V. Exas. as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

## **ANTEPROJETO DE LEI**

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 3º, da Constituição do Estado do Paraná e em conformidade com o requerido pela Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, ficam estabelecidas as diretrizes orçamentárias do Estado do Paraná para o exercício financeiro de 2006, compreendendo:

I - as prioridades da Administração Pública Estadual;

II - a projeção e a apresentação da receita para o exercício;

III - os critérios para a distribuição dos recursos orçamentários;

IV - a estrutura e organização dos orçamentos;

V - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do Estado;

VI - os ajustamentos do Plano Plurianual;

VII - as disposições sobre as alterações na legislação tributária;

VIII - as disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos sociais e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida;

IX - as disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito;

X - disposições transitórias;

XI - demais disposições.

## **Capítulo I**

### **Das Prioridades da Administração Pública Estadual**

Art. 2º As ações prioritárias da Administração Pública Estadual para o exercício de 2006 estão vinculadas às linhas de ação a seguir discriminadas:

1. Educação, Inovação e Cultura;
2. Infra-Estrutura e Meio Ambiente;
3. Expansão Produtiva;
4. Emprego, Cidadania e Solidariedade;
5. Gestão do Estado.

Art. 3º No Projeto de Lei Orçamentária, a destinação dos recursos relativos aos programas sociais conferirá prioridades às áreas de menor Índice de Desenvolvimento Humano - IDH.

Art. 4º As ações relacionadas às cinco linhas de ação serão detalhadas no Projeto de Lei Orçamentária, seguindo as principais diretrizes:

I - garantir o acesso à educação básica pública e gratuita de qualidade para todos e assegurar a oferta educacional para os segmentos sociais menos favorecidos;

II - aumentar a geração de emprego e renda;

III - aumentar a eficiência, a qualidade e a cobertura da oferta de serviços públicos de saúde;

IV - desonerar micro e pequenas empresas de modo a facilitar a acumulação de capital e a criação de empregos no setor formal da economia;

V - implementar estratégias integradas para o desenvolvimento da infra-estrutura de transporte multimodal do Estado, criando condições para o bom andamento das atividades produtivas e para a inclusão de áreas de baixo desenvolvimento humano na malha de produção do Estado;

VI - aperfeiçoar a eficiência alocativa dos gastos públicos mediante melhor planejamento das políticas públicas;

VII - criar mecanismos que induzam a distribuição de renda e a mudança social;

VIII - combater o crime e a violência com a adoção de programas de prevenção;

IX - melhorar a qualidade da prestação de serviços aos cidadãos, implementar e difundir modelos empreendedores de gestão pública e investir na capacitação profissional dos servidores públicos estaduais;

X - proporcionar meios de incentivo à produção e difusão cultural do Estado;

XI - fomentar a agricultura familiar dando ênfase à produção agroecológica;

XII - criar, manter e aprimorar programas e mecanismos de atendimento ao portador de deficiência e ao idoso, proporcionando o desenvolvimento pessoal e familiar, bem como, a inclusão social;

XIII - manter e ampliar o atendimento de adolescentes em conflito com a lei;

XIV - direcionar as políticas públicas no sentido de aprofundar e qualificar a universalização do atendimento às demandas sociais da população, buscando facilitar condições de emprego e renda, assim como o acesso aos direitos sociais;

XV - articular programas que assegurem o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado;

XVI - estimular a ampliação da base produtiva via crescimento dos investimentos e aumento da produtividade;

XVII - ampliar a oferta de vagas no sistema penitenciário, reduzindo o número de presos provisórios e condenados em cadeias públicas e delegacias;

XVIII - reduzir as deficiências nutricionais, desencadeando ações para a redução dos índices de morbidade, mortalidade e desnutrição infantil.

## Capítulo II

### Da Projeção e da Apresentação da Receita para o Exercício

Art. 5º A Receita de Recolhimento Centralizado será apresentada, no seu demonstrativo, com a previsão de 100% do ingresso, e com um grupo de receita dedutível, que representa a contribuição do Estado para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF, resultando numa Receita Total Líquida do Estado para a fixação de despesas orçamentárias, de acordo com os critérios estabelecidos na Portaria nº 328, de 27/08/2001 da Secretaria do Tesouro Nacional, do Ministério da Fazenda.

Art. 6º As Receitas de Recolhimento Centralizado do Tesouro Estadual e de Recolhimento Descentralizado das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, para fixação das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta do exercício de 2006, estão estimadas no valor aproximado de R\$15.730.523.000,00 (quinze bilhões, setecentos e trinta milhões, quinhentos e vinte e três mil reais) a preços de 30 de junho de 2005.

Art. 7º As receitas previstas no artigo anterior e conseqüentemente as despesas fixadas com o respectivo valor, poderão ser atualizadas antes do início da execução orçamentária, mediante a aplicação de um índice de atualização a ser determinado pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, que melhor reflita os preços da economia paranaense, para o período de julho (inclusive) a novembro (inclusive) e a previsão do respectivo índice para dezembro de 2005, de acordo com os critérios estabelecidos no próprio Projeto de Lei Orçamentária.

## Capítulo III

### Dos Critérios para a Distribuição dos Recursos Orçamentários

Art. 8º A elaboração das propostas dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público será feita dentro dos seguintes limites percentuais da Receita Geral do Tesouro Estadual disponível para a fixação da despesa, depois de excluídas as parcelas de transferência constitucionais aos municípios, as operações de crédito, as participações nas transferências da União e as receitas vinculadas:

- Poder Legislativo até..... 5,0%
- Poder Judiciário até..... 8,5%
- Ministério Público até ..... 3,7%

Art. 9º O Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2006 alocará recursos do Tesouro Geral do

Estado, para atender as programações dos órgãos do Poder Executivo, após deduzidos os recursos destinados:

I - à transferência das parcelas da receita de recolhimento centralizado, pertencentes aos municípios;

II - aos orçamentos dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público de acordo com os limites percentuais definidos no artigo 8º desta lei;

III - ao pagamento de despesas com pessoal e encargos sociais do Poder Executivo;

IV - ao pagamento do serviço da dívida;

V - ao fomento da pesquisa científica e tecnológica, de acordo com o artigo 205 da Constituição Estadual, da Lei nº 12.020, de 9 de janeiro de 1998, que instituiu o Fundo Paraná e do Decreto Estadual nº 1952, de 24 de outubro de 2003;

VI - à manutenção e desenvolvimento do ensino público, correspondendo a no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), da receita de impostos, de acordo com o artigo 185 da Constituição Estadual;

VII - ao pagamento de ações e serviços de saúde, de acordo com a Emenda Constitucional nº 29/2000, correspondendo para 2006 a 12% das receitas especificadas;

VIII - aos empréstimos e contrapartidas de programas objetos de financiamentos nacionais e internacionais;

IX - aos convênios e respectivas contrapartidas, firmados com Entidades Nacionais e Internacionais;

X - às contribuições do Estado ao sistema de Seguridade Funcional, compreendendo os programas de Previdência e de Serviços Médico-Hospitalares, conforme legislação em vigor;

XI - ao pagamento de sentenças judiciais;

XII - à reserva de contingência, de acordo com o especificado no artigo 35 desta lei.

Art. 10. Os recursos remanescentes de que trata o artigo anterior, serão distribuídos a cada Órgão/Unidade, por ocasião da elaboração da Proposta Orçamentária, tendo em vista a possibilidade de modificação na estrutura administrativa do Poder Executivo.

#### Capítulo IV

##### Da Estrutura e Organização dos Orçamentos

Art. 11. Para efeito da Lei Orçamentária, entende-se por:

a) Função: nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

b) Subfunção: nível de agregação de um subconjunto de ações do Setor Público (Nível Nacional da Funcional Programática);

c) Programa: instrumento de organização da ação governamental, pelo qual são estabelecidos objetivos e metas quantificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços com recursos humanos, materiais financeiros a ele alocados e com

custo global determinado (Nível Estadual da Funcional Programática);

d) Programas de Governo: são idéias e propostas mencionadas no Plano de Governo;

e) Projeto: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo;

f) Atividade: instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;

g) Operação Especial: conjunto de despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de Governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função Encargos Especiais;

h) Modalidade de Aplicação: especificação da forma de aplicação dos recursos orçamentários;

i) Órgão Orçamentário: constitui o primeiro nível de desdobramento da programação orçamentária de cada um dos Poderes do Estado;

j) Unidade Orçamentária: agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que são consignadas dotações próprias. Podemos caracterizar como Agência Executiva em cujo nome a lei orçamentária anual consigna expressamente, dotações com vistas à sua manutenção e à realização de um determinado programa de trabalho. As Unidades Orçamentárias constituem desdobramentos de órgãos orçamentários.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas e as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º Cada projeto, atividade ou operação especial será detalhado por Grupo de Natureza de Despesa, Grupo de Fonte e Modalidade de Aplicação.

§ 3º Cada projeto, atividade ou operação especial estará vinculado a uma função e a uma subfunção.

Art. 12. Os Orçamentos Fiscal e Próprio das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, discriminarão o programa de trabalho por Unidade Orçamentária, especificando os grupos de natureza de despesas de cada categoria econômica, a modalidade de aplicação, e o grupo de fonte de recursos.

§ 1º Os Grupos de Natureza de Despesa a que se refere o *caput* deste artigo constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao seu objeto de gasto, conforme a seguir discriminado:

##### DESPESAS CORRENTES

##### Pessoal e Encargos Sociais

Juros e Encargos da Dívida  
Outras Despesas Correntes  
**DESPESA DE CAPITAL**  
Investimentos  
Inversões Financeiras  
Amortização da Dívida

§ 2º A Modalidade de Aplicação a que se refere o caput deste artigo observará, o seguinte detalhamento:

- I - 20 - Transferências da União;
- II - 30 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal;
- III - 40 - Transferências a Municípios;
- IV - 50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos;
- V - 60 - Transferências a Instituições Privadas com Fins Lucrativos;
- VI - 70 - Transferências a Instituições Multigovernamentais;
- VII - 80 - Transferências ao Exterior;
- VIII - 90 - Aplicações Diretas;
- IX - 99 - A ser Definida.

§ 3º Os Grupos de Fontes de Recursos a que se refere o caput deste artigo constituem a agregação de fontes conforme discriminação a seguir:

**GRUPO 01 - RECURSOS PRÓPRIOS DO TESOIRO** - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 100 - Ordinário não Vinculado;
- Fonte 102 - Receita Condicionada da Contribuição do Servidor Público;
- Fonte 103 - Receita Condicionada da LC nº 87/96;
- Fonte 104 - Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE;
- Fonte 105 - Resultado da Exploração de Recursos Hídricos, Petróleo, Gás Natural e outros;
- Fonte 106 - Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná - FEPGE/PR;
- Fonte 108 - Receita de Alienação de Outros Bens Móveis;
- Fonte 111 - Indenização pelo Excedente da Amortização de Bens Reversíveis em Encampação de Rodovias;
- Fonte 112 - Retornos dos Programas PROSAM / PEDU / PARANASAN;
- Fonte 123 - Renda do Fundo Penitenciário;
- Fonte 124 - Multas e Taxas de Saúde Pública - FUNSAUDE;
- Fonte 125 - Vendas de Ações e/ou Devolução de Capital Subscrito;
- Fonte 126 - Contribuições Compulsórias para a Previdência Social;
- Fonte 127 - Multas e Taxas de Defesa Sanitária - FEAP;
- Fonte 128 - Fundo de Reequipamento do Fisco - FUNREFISCO;
- Fonte 129 - Taxas de Polícia - FUNRESPOL;
- Fonte 131 - Programa de Assistência ao Menor e

de Natureza Social - Lei nº 11.091/95;

- Fonte 132 - Pesquisa Científica e Tecnológica;
- Fonte 138 - Taxa Ambiental;
- Fonte 139 - Fundo de Modernização da Polícia Militar - FUMPM;
- Fonte 141 - Retorno de Programas Especiais - FDU;
- Fonte 146 - Fundo Estadual do Corpo de Bombeiros Militar do Paraná - FUNCB.

**GRUPO 09 - CONVÊNIOS DO TESOIRO** - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 107 - Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 133 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 148 - Outros Convênios.

**GRUPO 15 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO DO TESOIRO** - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 120 - Operações de Crédito Internas;
- Fonte 130 - Operação de Crédito Externa - Paraná 12 Meses / BIRD;
- Fonte 136 - Operação de Crédito Externa - PROEM / BID;
- Fonte 137 - Operação de Crédito Externa - Paraná Urbano II / BIB;
- Fonte 140 - Operação de Crédito Externa - Saneamento Ambiental - PARANASAN/JBIC;
- Fonte 142 - Outras Operações de Crédito Externas.

**GRUPO 16 - SALÁRIO EDUCAÇÃO** - compreendendo a seguinte fonte:

- Fonte 116 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE.

**GRUPO 45 - FUNDEF** - compreendendo a seguinte fonte:

- Fonte 145 - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

**GRUPO 95 - RECURSOS DE OUTRAS FONTES** - compreendendo as seguintes fontes:

- Fonte 250 - Diretamente Arrecadados;
- Fonte 251 - Operação de Crédito Interna;
- Fonte 252 - Operação de Crédito Externa;
- Fonte 253 - Cota-Parte das Rendas das Loterias Estaduais;
- Fonte 254 - Multas por Infração ao Código de Trânsito Brasileiro - FUNRESTRAN;
- Fonte 255 - Transferências da União - SUS;
- Fonte 256 - Reposição Florestal - SERFLOR;
- Fonte 260 - Multas Ambientais - FEMA (Fundo Estadual de Meio Ambiente);
- Fonte 270 - Aumento de Capital Social;
- Fonte 281 - Transferências e Convênios com Órgãos Federais;
- Fonte 283 - Transferências e Convênios com o Exterior;
- Fonte 284 - Outros Convênios / Outras Transferências.

Art. 13. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes terá o seu programa de trabalho e a discriminação da despesas destacados por projeto/atividade segundo a mesma classificação funcional-programática adotada nos demais orçamentos.

Art. 14. Fica o Poder Executivo autorizado a incorporar na elaboração dos Orçamentos, as eventuais modificações ocorridas na estrutura organizacional do Estado, bem como na classificação orçamentária da receita e da despesa, por alterações na legislação federal, ocorridas após o encaminhamento da LDO/2006 à Assembléia Legislativa.

Art. 15. O Programa de Obras será apresentado por Unidade Orçamentária, por Projeto ou Atividade, de forma detalhada e individualizada com seus respectivos custos, em cumprimento ao disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

Art. 16. O Projeto de Lei Orçamentária Anual que o Poder Executivo encaminhar à Assembléia Legislativa, cumprindo o prazo previsto no artigo 22, inciso III do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Constituição do Estado, conterá:

I - exposição justificativa contendo quadros-resumo com informações sobre a situação econômico-financeira do Estado e outras informações consideradas relevantes à análise da Proposta Orçamentária;

II - texto da lei;

III - anexo I contendo a legislação da Receita de Recolhimento Centralizado e Descentralizado e quadros resumos das receitas referentes ao Orçamento Fiscal, ao Orçamento Próprio da Administração Indireta e ao Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes;

IV - anexo II contendo resumos gerais das despesas dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta;

V - anexo III contendo o Orçamento Fiscal, composto pelos Orçamentos dos Poderes Legislativo, Judiciário, Executivo e do Ministério Público e os Orçamentos Próprios das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, incisos I e II da Constituição Estadual;

VI - anexo IV contendo o Orçamento de Investimentos das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, a que se refere o artigo 133, parágrafo 6º, inciso III da Constituição Estadual;

VII - anexo V contendo o Programa de Obras das Unidades Orçamentárias, conforme o disposto no artigo 133, parágrafo 7º da Constituição do Estado do Paraná.

## Capítulo V

### Das Diretrizes Gerais para a Elaboração e Execução dos Orçamentos do Estado

Art. 17. A elaboração do Projeto de Lei, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária de 2006 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas, bem como levar em conta a obtenção dos resultados previstos no Anexo de Metas Fiscais que integra a presente Lei, além dos parâmetros da Receita Corrente Líquida, visando o equilíbrio orçamentário-financeiro.

Parágrafo Único. O Poder Executivo deverá estabelecer uma programação orçamentário-financeira, visando o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 18. Se verificado, ao final de um bimestre, que a execução das despesas foi superior à realização das receitas, os Poderes e o Ministério Público, promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira.

§ 1º Essa limitação será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de outras despesas correntes e despesas de capital de cada Poder e do Ministério Público.

§ 2º Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará aos demais Poderes e ao Ministério Público o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 3º No caso dos Poderes Legislativo e Judiciário e o Ministério Público não promoverem a limitação no prazo estabelecido no *caput* deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a limitar os valores financeiros a serem repassados, segundo a realização efetiva das receitas no bimestre.

Art. 19. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público serão apresentadas ao Poder Executivo, até o dia 20 de setembro de 2005, para a consolidação do Orçamento Geral do Estado.

Art. 20. As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público não poderão apresentar valores diferentes daqueles que lhes couber pelos limites percentuais, de forma a garantir o fechamento do Orçamento Geral do Estado.

Art. 21. As despesas de programas custeados com financiamento em moeda estrangeira serão convertidas em moeda nacional à taxa oficial de câmbio vigente em 30 de junho de 2005.

Art. 22. A parcela das transferências constitucionais aos municípios, incorporadas na Receita Centralizada do Tesouro Estadual, será programa na despesa da Administração Geral do Estado - Recursos sob Supervisão da SEFA.

Art. 23. Na programação da despesa não poderão ser:

I - fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras;

II - incluídas ações com as mesmas finalidades em mais de um órgão;

III - incluídas despesas a título de Investimento em Regime de Execução Especial, ressalvados os casos de calamidade pública formalmente reconhecidos, na forma do Art. 167, § 3º da Constituição Federal e do Art. 135, § 2º da Constituição Estadual;

IV - classificadas como atividades, dotações que visem o desenvolvimento de ações limitadas no tempo e das quais resultem produtos que concorram para a expansão ou aperfeiçoamento da ação do Governo bem como, classificadas como projetos, ações de duração continuada;

V - incluídas em projetos ou atividades, despesas caracterizadas como operações especiais;

VI - fixadas despesas com valores simbólicos.

Art. 24. As receitas dos Órgãos e Entidades controlados direta ou indiretamente pelo Estado, serão programadas para atender prioritariamente as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida, precatórios judiciais, contrapartidas de financiamentos e manutenção de atividades e de bens públicos.

Parágrafo Único. Incluem-se nas receitas citadas no *caput* deste artigo, as receitas de arrecadação própria das Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Findos e Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes.

Art. 25. Os recursos do Tesouro Geral do Estado, destinados às Autarquias, Órgãos de Regime Especial, Fundos e das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista Dependentes não comporão o Demonstrativo de Receitas Próprias destas Entidades, para evitar duplicidade, apenas serão demonstrados na sua totalidade, como repasse de recursos do tesouro estadual, de forma a facilitar o entendimento da apresentação do programa de trabalho com seus custos.

Art. 26. O Orçamento Fiscal conterá projetos/atividades de transferência de recursos do Tesouro Geral do Estado para as Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não Dependentes, que receberão recursos do Estado e apresentarão apenas o seu Orçamento de Investimento.

Art. 27. O Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista não

Dependentes compreenderá as receitas oriundas do Tesouro Geral do Estado e as receitas próprias, aplicadas na conta Investimento.

Art. 28. A programação de investimento, em qualquer dos orçamentos integrantes do Projeto de Lei Orçamentária Anual, deverá apresentar consonância com as prioridades governamentais incluídas no Plano Plurianual para o período de 2004 a 2007.

Art. 29. As despesas destinadas ao pagamento de precatórios correrão à conta de dotações consignadas com esta finalidade em Operações Especiais específicas nas Universidades Orçamentárias responsáveis pelos débitos.

Parágrafo Único. Os Órgãos e as Unidades encaminharão ao Executivo, até o dia 20 de julho de 2005, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciais, inscritos até 1º de julho de 2005, a serem incluídos no orçamento de 2006, especificando:

- Número da ação originária;
- Número do precatório;
- Tipo da causa julgada (de acordo com a origem da despesa);
- Enquadramento (alimentar ou não alimentar);
- Data da inscrição do precatório no órgão/unidade;
- Nome do beneficiário;
- Valor do precatório a ser pago (com atualização até 1º de julho de 2005, conforme Art. 98, § 3º da Constituição do Estado do Paraná);
- Cópia do ofício requisitório no caso de precatórios trabalhistas e cópia da requisição de pagamento no caso de ação cível.

Art. 30. Os recursos provenientes de convênios, ajustes, acordos, termos de cooperação e outras formas de contratos firmados com outras esferas de Governo, deverão ser registrados como receitas orçamentárias e suas aplicações programadas nas despesas orçamentárias de cada Órgão celebrante do contrato, só podendo sofrer desvinculação por lei.

§ 1º A Lei Orçamentária incluirá na previsão da receita e sua aplicação todos os recursos de transferência intergovernamentais, inclusive os oriundos de convênios.

§ 2º A execução orçamentária de despesas provenientes de acordo, convênios ou atos similares intragovernamentais, serão realizadas no Poder Executivo, excluídas as entidades estaduais prestadoras finais de serviços, por meio de Movimentação de Crédito, tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, na Portaria Interministerial nº 163, de 04 de maio de 2001 e na Portaria nº 328 STN, de 27 de agosto de 2001 e Decreto Estadual nº 5.265, de 25 de janeiro de 2002, e demais normas em vigor, ficando facultada aos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Ministério Público a sua utilização.



Art. 31. O Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso, por órgãos, agrupando-se as fontes vinculadas e não vinculadas, após a publicação da Lei Orçamentária Anual.

Art. 32. O Poder Executivo tomará as medidas necessárias para manter os dispêndios compatíveis com o comportamento da receita, ficando vedada a aplicação do Art. 78, § 2º dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal, inserido pela Emenda Constitucional nº 30, em relação às Receitas Tributárias, por força da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33. O Saldo Financeiro verificado em 31.12.2005, proveniente da diferença entre as cotas liberadas de recursos do Tesouro e a despesa empenhada, no âmbito do Poder Executivo, deverá ser recolhido ao Tesouro Geral do Estado até 31.01.2006.

Art. 34. O Poder Executivo poderá utilizar os recursos de Superávit Financeiro apurados nos balanços das Unidades da Administração Indireta do Poder Executivo para atender programas prioritários de Governo.

Art. 35. A Lei Orçamentária Anual poderá conter reserva de contingência com montante definido com base na receita corrente líquida, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

### **Capítulo VI**

#### **Dos Ajustamentos do Plano Plurianual**

Art. 36. Os ajustes nas ações dos Programas do Plano Plurianual, bem como, as alterações em suas metas fiscais e financeiras e nas suas regionalizações serão incluídos na Proposta Orçamentária de 2006.

### **Capítulo VII**

#### **Das Disposições sobre as alterações na Legislação Tributária**

Art. 37. Na estimativa das receitas do Projeto de Lei Orçamentária Anual serão considerados os efeitos de alterações na Legislação Tributária até 31 de dezembro de 2005, em especial;

I - as modificações na Legislação Tributária, decorrentes de alterações no Sistema Tributário Nacional;

II - a concessão e redução de isenções fiscais;

III - a revisão de alíquota dos tributos de competência; e

IV - aperfeiçoamento da cobrança da Dívida Ativa do Estado.

§ 1º Para fins deste artigo dever-se-á observar o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 2º Do cálculo da Receita Corrente Líquida serão excluídos os valores referentes a diferimento ou a benefícios fiscais, concedidos a contribuintes de impostos estaduais, consoante determina o Art. 14, inciso I, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

### **Capítulo VIII**

#### **Das disposições relativas às despesas do Estado com pessoal e encargos e outras despesas correntes, com base na receita corrente líquida**

Art. 38. No exercício financeiro de 2006 as despesas com pessoal e encargos sociais dos três Poderes do Estado, bem como do Ministério Público, observarão o limite de 60% (sessenta por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais, de acordo com a legislação vigente.

§ 1º Os órgãos dos Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo e do Ministério Público assumirão de forma solidária as providências necessárias à adequação ao disposto neste artigo.

§ 2º A repartição dos limites globais, de acordo com o Art. 20, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, não poderá exceder os seguintes percentuais:

a) 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Legislativo, incluído o Tribunal de Contas;

b) 6% (seis por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Judiciário;

c) 49% (quarenta e nove por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Poder Executivo;

d) 2% (dois por cento) das Receitas Correntes Líquidas Estaduais para o Ministério Público Estadual.

§ 3º O Estado poderá conceder reposição e alteração salarial desde que respeitados os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal e com as ressalvas previstas no Art. 22, parágrafo único, item I da referida Lei.

Art.39. O valor destinado ao custeio mínimo dos órgãos do Poder Executivo será estabelecido dentro de um limite de gastos considerados necessários para manter o ajuste fiscal do Estado.

### **Capítulo IX**

#### **Das disposições relativas à destinação de recursos provenientes de operações de crédito**

Art. 40. O valor das Operações de Crédito orçado para o exercício não poderá ser superior ao montante de despesas de capital fixadas no orçamento.

Parágrafo Único. As programações custeadas com recursos de operações de crédito não formalizadas serão identificadas no orçamento, ficando sua implementação condicionada à efetiva realização dos contratos.

Art. 41. As Coordenações dos Programas Financiados deverão ajustar os seus cronogramas de forma que o valor de empréstimos pretendidos para o exercício de 2006, possa realmente ser viabilizado com a disponibilidade de contrapartida que o Estado pode oferecer.

Art. 42. A Agência de Fomento do Paraná S/A, que tem por objetivo proporcionar suprimento dos recursos financeiros de curto e médio prazos, pertinentes aos programas e projetos que visem a promover o desenvolvimento econômico e social do Estado do Paraná, observará as seguintes prioridades:

I - impulsionar a política de emprego e geração de renda no território paranaense, com a concessão de microcrédito ao empreendedor agrícola, industrial e comercial;

II - ampliar oportunidades às pessoas que não têm acesso as formas tradicionais de financiamento, até mesmo para aqueles que trabalhem na informalidade;

III - fomentar investimentos em atividades no setor de turismo;

IV - prestar assistência financeira aos planos e ações de promoção ao desenvolvimento urbano, regional e municipal;

V - promover a recuperação dos ativos sob sua custódia.

## **Capítulo X**

### **Disposições Transitórias**

Art. 43. O Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2006, deverá também considerar as disposições das demais normas legais que vierem a ser aprovadas até a data de seu encaminhamento ao Poder Legislativo Estadual.

## **Capítulo XI**

### **Demais disposições**

Art. 44. As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual deverão ser elaboradas de conformidade com o disposto no Art. 134 da Constituição do Estado do Paraná, observadas as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 45. O Poder Executivo divulgará e encaminhará à Assembléia Legislativa para ciência, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da Lei Orçamentária

Anual, os Quadros de Detalhamento de Despesa (QDD), por projetos, atividades e operações especiais, dos Orçamentos Fiscal e Próprio da Administração Indireta, com os valores corrigidos, se for o caso, na forma do disposto no Art. 7º desta Lei.

Art. 46. Integram a presente Lei, de acordo com o disposto no Art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os Anexos de Metas Fiscais e de Riscos Fiscais.

Art. 47. Os Poderes e o Ministério Público deverão desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo das ações orçamentárias.

Art. 48. Os Poderes e o Ministério Público deverão implantar sistema de registro, avaliação, atualização e controle do seu ativo permanente, de forma a possibilitar o estabelecimento do real Patrimônio Líquido do Estado.

Art. 49. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## **ANEXO I - METAS FISCAIS**

### **1. Avaliação do Cumprimento das Metas Relativas ao Ano Anterior**

A execução orçamentária e financeira de 2004 foi marcada pela continuidade do processo de equilíbrio das contas públicas estaduais.

Para a execução orçamentária do exercício, o Poder Executivo, por meio de Decreto nº 2.518, de 22 de janeiro de 2004, estabeleceu os critérios para a liberação trimestral dos recursos orçamentários, observando as estimativas de ingresso de receita.

No exercício de 2004 as despesas não financeiras, ou seja, as despesas totais deduzidas as referentes a juros e amortizações da dívida, tiveram um acréscimo de 8,94% com relação aos valores previstos na LDO.

No que se refere às receitas não financeiras, houve um acréscimo de 7,82% com relação aos valores previstos na LDO. Isso ocorreu basicamente devido a excesso de arrecadação nas receitas tributárias, nas receitas de transferência, nas receitas patrimoniais, bem como nas demais receitas correntes.

Por sua vez, as receitas de contribuições sofreram uma redução de 8,06%, com relação aos valores previstos na LDO, tendo em vista o não recolhimento da contribuição do servidor inativo, que estava na estimativa da LDO.

Por conta dos impactos apresentados, a meta do resultado primário realizado no exercício, ficou seme-

lhante ao resultado primário previsto na LDO 2004, ou seja, com uma redução de 4,45% (ver Tabela I).

**Tabela I - Metas Fiscais Relativas a 2004**

Discriminação	Previsto (em R\$ mil)	Realizado (em R\$ mil)
Receita Não Financeira	10.726.153	11.565.301
Despesa Não Financeira	9.834.636	10.713.424
Resultado Primário	891.517	851.877

Apesar do bom desempenho das contas públicas estaduais, o perfil do endividamento público do Estado, indica um grande comprometimento do orçamento estadual para o pagamento do serviço da dívida.

As Tabelas 2 e 3 a seguir resumem o desempenho das metas fiscais realizadas em 2003 e 2004 e reprogrameadas para 2005.

**Tabela 2 - Metas Fiscais 2003-05 - Preços Correntes - em R\$ 1000**

Discriminação	2003	2004	2005 Reprogra- mado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	223.325	891.517	897.003
II. Resultado Primário Obtido	733.618	851.877	323.420
III. Resultado Obtido - Indicado (II - I)	510.293	-39.640	-573.583
IV. Resultado Nominal Obtido	-211.806	610.158	-820
Fonte: SEFA/SEPL			

**Tabela 3 - Metas Fiscais 2003-05 - Preços Correntes de 2005 - em R\$ 1000**

Discriminação	2003	2004	2005 Repro- gramado
I. Resultado Primário Indicado na LDO	346.154	1.129.258	897.003
II. Resultado Primário Obtido	1.137.108	1.079.047	323.420
III. Resultado Obtido - Meta (II - I)	790.954	-50.211	-573.583
IV. Resultado Nominal Obtido	-328.299	772.868	-820
Fonte: SEFA/SEPL			

Como desdobramento do Contrato de Refinanciamento de Dívida nº 11/98 - STN/COAFI/MF firmado com a União em 31 de março de 1998, o Estado aderiu ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal em outubro do referido ano.

O Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal compõe-se de seis principais metas fiscais que se referem tanto ao desempenho das contas públicas, quanto a aspectos de modernização administrativa e reforma do Estado. No período de 1998 a 2004, o Estado passou a acumular superávits primários com vistas à sustentação do pagamento dos encargos decorrentes do Contrato de Refinanciamento, considerando-se a execução do Tesouro Estadual na metodologia e sistemática específicas do Programa.

## 2. Demonstração das Metas Fiscais Anuais

A continuidade da política fiscal para os próximos anos tem por objetivo o resgate da capacidade de investimento do Estado para apoiar a estratégia de desenvolvimento delineada no Plano de Governo e no Plano Plurianual.

A garantia de investimentos só será possível com a manutenção de superávits primários.

**Tabela 4 - Indicadores econômicos para o período 2004-08**

Indicador	2004	2005	2006	2007	2008
PIB do Brasil (variação %)	5,20	3,70	3,80	3,70	3,60
PIB do Paraná (variação %)	2,40	3,00	4,30	4,20	4,10
Inflação, IPCA (variação %)	7,60	6,00	5,00	4,50	4,50
Taxa de Câmbio, final do ano (R\$/US\$)	2,65	2,80	2,95	3,11	3,20
Fonte: IPARDES/SEPL					

A existência de superávit primário no período de 2006 a 2008, na média de 0,6% do PIB do Paraná, supõe:

1. a retomada do crescimento sustentável da economia paranaense;
2. o incremento das receitas não financeiras;
3. a continuidade do controle sobre as despesas de manutenção da administração estadual;
4. o cumprimento do programa de ajuste fiscal firmado com o Governo Federal.

A continuidade dessas condições permitirão um gradual incremento dos recursos disponíveis para a realização do investimentos e para a execução de programas finalísticos.

As Tabelas 5 e 6, apresentadas a seguir resumem as metas fiscais para o período de 2006 a 2008, a preços correntes e constantes de 2005, de acordo com as ações mencionadas anteriormente.

**Tabela 5 - Metas Fiscais para o período 2006-08, Preços Correntes**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007		2008	
	R\$ 1.000%	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	14.382.650	13,57	15.440.431	13,98	16.614.300	14,45
II. Despesas Não Financeiras	13.795.269	13,01	14.754.579	13,35	15.911.273	13,83
III. Resultado Primário	587.381	0,55	685.852	0,62	703.027	0,61
IV. Saldo Devedor da Dívida	12.768.243	12,04	12.873.317	11,65	12.935.232	11,25
V. Resultado Nominal	362.388	0,34	105.074	0,10	61.915	0,05

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal correspondente à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

**Tabela 6 - Metas Fiscais para o período 2006-08, Preços Constantes de 2005**

DISCRIMINAÇÃO	2006		2007		2008	
	R\$ 1.000%	% PIB	R\$ 1.000	% PIB	R\$ 1.000	% PIB
I. Receita Não Financeira	11.985.494	13,57	11.580.323	13,98	12.460.725	14,45
II. Despesas Não Financeiras	11.496.012	13,01	11.065.934	13,35	11.933.455	13,83
III. Resultado Primário	489.482	0,55	514.389	0,62	527.270	0,61
IV. Saldo Devedor da Dívida	10.640.160	12,04	9.654.988	11,65	9.701.424	11,25
V. Resultado Nominal	301.989	0,34	78.806	0,10	46.436	0,05

Fonte: SEPL/SEFA

Nota: O Resultado Nominal corresponde à variação no estoque da dívida. Se o sinal é positivo (+) indica redução no estoque da dívida, se for negativo (-) indica aumento no estoque da dívida.

### 3. Evolução do Patrimônio Líquido

A Tabela a seguir apresenta o Saldo Patrimonial Líquido apurado pelo Estado no período de 2002 a 2004.

O Saldo Patrimonial expressa o resultado do confronto entre o Ativo Real e o Passivo Real.

**Tabela 7 - Evolução do Patrimônio Líquido dos Três Últimos Exercícios**

Patrimônio Líquido	2004 (R\$ 1.000)	2003 (R\$ 1.000)	2002 (R\$ 1.000)
ATIVO FINANCEIRO	1.594.429	1.261.043	756.611
ATIVO PERMANENTE	18.721.198	15.831.900	13.038.006
SOMA DO ATIVO REAL	20.315.627	17.092.943	13.794.617
PASSIVO FINANCEIRO	4.087.386	4.248.363	3.771.588
PASSIVO PERMANENTE	14.073.289	12.484.539	12.415.759
SOMA DO PASSIVO REAL	18.160.675	16.732.902	16.187.347
SALDO PATRIMONIAL	2.154.952	360.041	-2.392.730

O Balanço Patrimonial do exercício de 2002 apresentou um Déficit Patrimonial no valor de R\$ 2.392,7 milhões, resultante da diferença entre o Ativo Real e o Passivo Real. Esse Déficit representou um

acréscimo de 881,8 milhões sobre o Déficit Patrimonial de 2001.

Para os exercícios de 2003 e 2004 o Balanço Patrimonial do Estado apresentou Superávit Patrimoniais nos

valores de R\$ 360,0 milhões e R\$ 2.154,0 milhões, respectivamente.

#### 4. Avaliação da Situação Financeira e Atuarial

O Ativo Total da PARANAPREVIDÊNCIA em dezembro de 2003, atingiu o montante de R\$ 3,383 bilhões, e em dezembro de 2004, registrou o valor de R\$ 3.693 bilhões. O Programa de Investimentos do Fundo Previdenciário que correspondia a R\$ 2.818 bilhões em dezembro de 2003 registrou o valor de R\$ 3,024 bilhões em dezembro de 2004.

O ano de 2004 foi marcado pela valorização cambial de 8,13% do real em relação ao dólar, com reflexo negativo direto na rentabilidade dos investimentos, os quais têm 60% da carteira representados por títulos inegociáveis, indexados à variação do dólar.

Desta forma, no ano, rentabilidade da Carteira Total de Títulos do Programa de Previdência, foi de 6,13%, equivalente a 37,9% do CDI e correspondendo ao IGP-M menos 5,48% ao ano.

Considerando-se somente a Carteira de Mercado (excluídos os Certificados Financeiros do Tesouro), a rentabilidade no ano foi de 17,48%, equivalente a 108,1% do CPI, o que corresponde ao IGP-M mais 4,63% ao ano. Portanto, acima dos juros de mercado.

Além dos recursos investidos em mercado financeiro, o Fundo de Previdência possui uma Carteira Imobiliária, oriunda do antigo Instituto de Previdência do Estado, que corresponde a R\$ 25,3 milhões, com base nos valores de dezembro de 2004, composta por vários imóveis, sendo prédios, casas, áreas, terrenos, etc. alguns com contrato de locação vigentes e outros com providências tomadas, visando a sua locação para tornar rentável o Fundo de Previdência.

Nas demonstrações contábeis da PARANAPREVIDÊNCIA relativas ao exercício de 2004 consta o Parecer Atuarial onde se verifica no Laudo Atuarial que a situação Fundo de Previdência da PARANAPREVIDÊNCIA em 31.12.2004 apresentou-se equilibrada, com a existência de um superávit técnico de R\$ 65.016.427,60, observadas as colocações técnicas contidas na presente avaliação atuarial.

Esse superávit foi apurado, tendo em vista que o valor do ativo líquido do Fundo de Previdência, que nos foi informado pela PARANAPREVIDÊNCIA, apresentou o valor de R\$ 2.340.802.542,60.

O quadro a seguir demonstra os números apresentados no parágrafo anterior.

Reservas Matemáticas	Avaliação Atuarial	
	AT-49	GAM-83
(1) Benefícios Concedidos	1.031.845.697,00	1.059.047.778,00
(2) Benefícios a Conceder	2.799.803.105,00	3.001.032.985,00
(3)=(1)+(2) Benefícios Concedidos e a Conceder	3.831.648.802,00	4.060.080.763,00
(4) Reserva a Amortizar de Serviços Passados	(1.784.294.648,00)	(1.784.294.648,00)
(5)=(3)+(4) Reservas Matemáticas	2.047.354.154,00	2.275.786.115,00
(6)=(7)-(5) Resultado Técnico	293.448.388,60	65.016.427,60
(7) Ativo Líquido do Fundo de Previdência	2.340.802.542,60	2.340.802.542,60

Considerando a necessidade de se ajustar, de forma oportuna, as hipóteses atuariais às expectativas crescentes de sobrevida futura da população de segurados da PARANAPREVIDÊNCIA, foi recomendada a adoção da Tábua Geral de Mortalidade em substituição à AT-49 para projetar a mortalidade dos segurados não inválidos.

A adoção da Tábua de Mortalidade Geral GAM-83 representa um acréscimo de R\$ 228.431.961,00 nas reservas matemáticas, o que ocasionou uma redução no superávit técnico de 31.12.2004, de igual valor, uma vez que não houve aumento das contribuições estabelecidas no Plano de Custeio vigente.

#### 5. Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

São consideradas obrigatórias de caráter continuado, as despesas correntes derivadas de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente público a obrigação legal de sua execução por um período superior a dos exercícios (artigo 17 da LC 101/2000).

Essas despesas por apresentarem caráter de acréscimo permanente podem ser financiadas por acréscimos permanentes nas arrecadações. Considera-se aumento permanente de receita o proveniente de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuições.

A Tabela a seguir apresenta a margem de expansão para o exercício de 2006.

<b>Tabela 8</b> <b>Saldo da Margem de Expansão em 2006</b>	<b>Em R\$</b> <b>1000</b>
1. Arrecadação de Tributos e Contribuições	981.047
2. Transferência Constitucionais e Legais	245.059
3. Saldo (1-2)	735.988
4. Saldo já utilizado	671.574
Pessoal (Concursos, Reestruturação, Promoções, Passivos e etc.)	587.983
Manutenção de Novas Penitenciárias e Educandários em Implantação	54.000
Precatórios	6.180
PASEP	23.411
5. Margem de Expansão	64.414

## **ANEXO II**

### **Riscos Fiscais**

A previsão da Receita de Recolhimento Centralizado para o exercício de 2006 conta com riscos fiscais decorrentes da não definição da Reforma Tributária.

Todo valor referente à Lei Complementar nº 87/96 - Lei Kandir também se enquadra na situação de risco fiscal tendo em vista a não regulamentação até o momento do Art. 91 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (Incluído pela Emenda Constitucional nº 42 de 19.12.2003).

Os temas expostos nos parágrafos não foram regulamentados até a data do encaminhamento deste projeto de lei.

O ICMS é um tributo de competência estadual, que possui legislação própria em cada Estado da Federação. Apesar dos avanços, muitas questões são objeto de discussão, especialmente aquela que diz respeito sobre a cobrança do tributo na origem ou no destino da mercadoria, o que pode causar impacto financeiro para os Estados, com redução ou crescimento na sua arrecadação, em decorrência das alternativas possíveis em sua aplicação.

Há que se ressaltar como ponto a ser avaliado a possível necessidade de redefinição dos critérios originalmente estabelecidos para o financiamento do Fundo de Previdência em face da não realização das contribuições dos inativos e pensionistas previstas no Plano de Custeio original da PARANAPREVIDÊNCIA.

**À Diretoria Legislativa.**

## **Ofício**

Sob o nº 192/2005, do Sr. PAULO ROBERTO GODOY - Reitor da Universidade Estadual de Ponta Grossa, encaminhando Prestação de Contas da Universidade, referente ao exercício de 2004. **Ao Conhecimento da Casa.**

## **Indicação**

### **INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 011/2005**

Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná, Roberto Requião de Mello e Silva, e Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, Waldyr Ortêncio Pugliesi.

O Deputado Estadual do Paraná, Artagão de Mattos Leão Júnior, no uso de suas atribuições regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o que segue:

I - que seja pavimentado por via de ligação asfáltica o trecho que liga o Município de Rebouças a São Mateus do Sul, passando pela localidade de Poço Bonito, com extensão total de 42 quilômetros.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

### **JUSTIFICATIVA:**

O grande tráfego de veículos pesados que escoam a produção agrícola da região acarreta um desgaste muito grande na malha rodoviária e em especial no trecho sem asfalto.

Conseqüentemente a pavimentação de o referido trecho irá melhorar o escoamento da produção que irá beneficiar muitos municípios.

O Município não possui condições financeiras para arcar com mais esta obrigação, haja vista haver os problemas relacionados à infra-estrutura urbana, a constante preocupação na geração de empregos através de programas de incentivo à industrialização e também, como a manutenção de estradas rurais.

Com a pavimentação pelo DER desta estrada com cerca de 42 quilômetros de extensão, toda a malha rodoviária restante da região seria beneficiada.

Assim, a localidade possuirá um maior número de investimentos privados e crescimento econômico e, por conseqüência, também uma maior arrecadação estadual.

## **Requerimentos**

### **REQUERIMENTO Nº 895**

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em

bloco das Emendas da Comissão de Finanças nºs 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 896

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07, apreseNtadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 897

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER votação em bloco das emendas apresentadas em Plenário, ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

#### REQUERIMENTO Nº 917

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário nº 01, de autoria da Liderança da Oposição ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 918

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da Emenda de Plenário nº 02, de autoria da Liderança da Oposição ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) VALDIR ROSSONI

#### REQUERIMENTO Nº 921

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, em conformidade com o artigo 170, parágrafo 2º do Regimento Interno, REQUER destaque para discussão e votação da Emenda da Comissão de Finanças nº 01 ao Projeto de

Lei nº 485/2004, constante na presente Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI

DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 926

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o soberano Plenário, votação nominal do Projeto de Lei nº 485/2004, e suas emendas.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(aa) VALDIR ROSSONI, ADEMAR TRAIANO,

DURVAL AMARAL e BARBOSA NETO

## *Projetos de Lei*

### PROJETO DE LEI Nº 190/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública Estadual a Fundação de Ensino Superior de Clevelândia - FESC, com sede e foro no Município de Clevelândia.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) ANTONIO ANIBELLI

#### JUSTIFICATIVA:

A Fundação de Ensino Superior de Clevelândia, FESC, com sede e foro no Município de Clevelândia, fundada em 16/11/2000, devidamente registrada no Cartório de Registro de Títulos e Documentos e de Pessoas Jurídicas de Clevelândia, em data de 14/12/2000, foi registrado, no Livro A nº 03, às folhas 110 v/111, sob nº 373, de Ordem, e no Livro nº 03, folhas 111/117, sob nº 374, de Ordem a Ata e Estatuto de fundação e criação da Fundação de Ensino Superior de Clevelândia - FESC, em Clevelândia-PR.

A Fundação de Ensino Superior de Clevelândia - FESC, tem por objetivo, instituir e ministrar cursos de formação, profissionalização, graduação, pós-graduação e extensão, desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino em todos os seus graus e modalidades.

A Fundação de Ensino Superior de Clevelândia - FESC, não tem fins lucrativos e não remunera os membros de sua diretoria.

Pela Lei nº 1.763/2002, de 02 de abril de 2002, a Fundação de Ensino Superior de Clevelândia-FESC, foi declarada de Utilidade Pública Municipal.

A documentação anexa que instrui este projeto de lei, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 6.994/78,

alterada pela Lei nº 8.589/87, que dispõe sobre a matéria em causa.

Desta forma, esperamos o devido apoio e consequente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço dessa entidade que trabalha diuturnamente em favor da comunidade.

**PROJETO DE LEI Nº 191/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º O Artigo 1º da Lei nº 13.134/2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º Ficam asseguradas 06 (seis) vagas, como cota social indígena, em todos os processos seletivos para o ingresso como aluno nas Universidades Públicas Estaduais de Ensino Superior, do Estado do Paraná, para serem disputadas, exclusivamente, entre os índios integrantes da Sociedade Indígena Paranaense”.

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

Tal proposição, em tela, tem por objetivo aumentar as vagas, de 03 (três) para 06 (seis), nas Universidades Públicas Estaduais de Ensino Superior do Estado do Paraná, para disputa, exclusivamente, entre os índios das Comunidades Indígenas Paranaenses.

O aumento, apesar de pequeno, vem colaborar com a Política Estadual de Apoio às Comunidades Indígenas deste Estado.

A nova cota social indígena, também vem amenizar as dificuldades que a Comunidade Indígena vem enfrentando, em todo o Estado, para conseguir uma colocação profissional e social para seus filhos.

Por terceiro, o aumento, ainda vem contribuir para diminuir a enorme dívida social que a sociedade, tida como branca, não só do Estado do Paraná, mas em todo o Brasil, possui em relação aos índios paranaenses.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

**PROJETO DE LEI Nº 192/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica concedido o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Anuar Battisti, Arcebispo de Maringá, Estado do Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

**JUSTIFICATIVA:**

A proposição em tela tem por objetivo conceder o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. Anuar Battisti, Arcebispo de Maringá, Estado do Paraná.

O Arcebispo exerce o seu ofício religioso, com proficiência e denodo, possui reputação ilibada, conduta pessoal e profissional irrepreensíveis, e tem em sua biografia, registro de postura ética e respeitosa.

Demais informações biográficas do Arcebispo, encontram-se em documentos anexos, que fazem parte integral desta justificativa.

Conclui-se assim, que o Arcebispo atende perfeitamente os requisitos da Lei Estadual nº 13.115/2001, para receber tal Título.

Sendo assim, espera-se o apoio dos nobres Pares para a aprovação da presente proposição.

Sou em Cristo!

**PROJETO DE LEI Nº 193/2005**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública Estadual a Assistência Social Boas Obras de Campo Mourão - ASBOCAM, com sede e foro na cidade e comarca de Campo Mourão/PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) ADEMAR TRAIANO

**JUSTIFICATIVA:**

A Assistência Social Boas Obras de Campo Mourão - ASBOCAM é uma sociedade civil sem fins lucrativos, com prazo de duração indeterminado, de caráter social, com características de Pessoa Jurídica de Direito Privado e regida por estatuto próprio.

Tem por finalidade a prática da caridade, a pregação do evangelho de Jesus Cristo, promover a união, incentivar o progresso espiritual, moral e cultural de seus associados-membros e congregados, colaborar com o poder público na assistência aos necessitados, além de propor-se a fundar e manter estabelecimentos religiosos, educacionais, culturais e assistências.

A declaração de Utilidade Pública reforça a entidade em suas finalidades e contribui para que a mesma avance no desenvolvimento de seus trabalhos junto à comunidade, em prol da melhoria das condições de vida da mesma.



PROJETO DE LEI Nº 194/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Todos os produtos comercializados destinados ao consumo humano e animal que contenham mais de 1% de matéria-prima transgênica devem ser comercializados, embalados e vendidos com um rótulo específico e que contenha o símbolo transgênico em destaque, em conjunto com as seguintes frases: “(produto) transgênico” ou “contém (matéria-prima) transgênico”.

Art. 2º Os produtos que tenham sido fabricados a partir de transgênicos, mesmo que não contenham o DNA transgênico em sua composição final, devem trazer a frase “fabricado a partir de (produto) transgênico” em seu rótulo.

Parágrafo Único. Óleos, margarinas e lecitinas de soja, entre outros e os produtos de animais alimentados com transgênicos como leite, ovos e carne também devem trazer no rótulo a informação “produto de animal alimentado com transgênico”.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

Apoioamento:

Padre Paulo Campos.

JUSTIFICATIVA:

Em outros países, segundo a organização não-governamental Greenpeace, a obrigatoriedade de rotulagem de produtos transgênicos, tanto para alimentação humana como animal, já existe. A União Européia já exige desde de 18 de abril de 2003, a rotulagem completa de todos os produtos fabricados a partir da IGM's, mesmo nos casos em que não é possível detectar o DNA geneticamente modificado. Na China, qualquer produto transgênico comercializado hoje sem a rotulagem devida também é considerado ilegal.

Cabe à Secretaria da Agricultura, Saúde e Justiça, via Departamento de Vigilância Sanitária e similares, fiscalizar o cumprimento das regras de rotulagem de alimentos que contenham organismos geneticamente modificados. Cada Secretaria faz a fiscalização de acordo com as atribuições de sua Pasta. O não cumprimento das normas acarretará ao infrator as penas previstas no Código de Defesa do Consumidor e demais legislações aplicáveis.

A Secretaria da Agricultura, por exemplo fiscaliza a produção de alimentos que contenham transgênicos nas indústrias. A fim de exigir o cumprimento da legislação, a Secretaria de Justiça estará acertando reuniões com as Promotorias de Defesa do Consumidor e o PROCON em todos os Municípios, para dar uma atuação coordenada na fiscalização das regras de rotulagem de alimentos transgênicos.

Certa da compreensão dos nobres Pares, desde já nossos sinceros agradecimentos.

PROJETO DE LEI Nº 195/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o *caput* do artigo 61 da lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que criou o PARANAPREVIDÊNCIA, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 61 A cota da pensão será extinta pelo adimplemento de idade, pela cessação da invalidez ou incapacidade, pela morte do dependente ou por ocorrência de qualquer evento que motive o cancelamento da inscrição.”

Art. 2º Ficam revogados os parágrafos 1º e 2º do artigo 61, da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro de 1998, que criou o ParanaPrevidência, renumerando os atuais parágrafos 3º e 4º do mesmo artigo.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei tem por objetivo a alteração do *caput* e a revogação dos parágrafos 1º e 2º, do artigo 61 da Lei nº 12.389, de 30 de dezembro de 1998, que criou a ParanaPrevidência.

A proposta visa dar continuidade ao benefício adquirido pelo pensionista, mesmo que este venha a constituir união estável com terceiro.

Vale salientar que com a adoção da proposta apresentada, queremos revogar esta medida, pois o fato do pensionista constituir união estável não deve interromper o recebimento de seu benefício, pois é um direito adquirido pelo pensionista, seria como compararmos a interrupção de uma previdência privada em virtude de um fato novo.

Entendemos, também, que a constituição de um novo casamento ou de nova união estável não representa, na totalidade dos casos, um aumento de renda do pensionista, podendo muitas vezes representar encargos financeiros maiores, com a adoção de novos dependentes.

Desta forma, esperamos o devido apoioamento e conseqüente aprovação da proposta de lei.

PROJETO DE LEI Nº 196/2005  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Estado do Paraná, autorizado, doar imóvel de sua propriedade, ao Município de Dois Vizi-

nhos, para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, com as seguintes especificações:

Art. 2º Trata-se de imóvel matriculado sob nº 21.434, do Patrimônio Dois Vizinhos da Colônia Missões, denominado Chácara 128-E, do Município de Dois Vizinhos, contendo uma área superficial de 6.000,00m<sup>2</sup> (seis mil metros quadrados), dentro dos seguintes limites e confrontações: NORTE por uma linha reta e seca, medindo 60m<sup>2</sup>, confrontam com a Chácara nº 128 do mesmo Patrimônio: LESTE por linha seca confronta com o Patrimônio Dois Vizinhos. SUL por uma linha seca e reta medindo 60,00m<sup>2</sup>, confronta-se com a Chácara 128-C do mesmo Patrimônio. OESTE por uma linha seca e reta medindo 100m<sup>2</sup>, confronta-se com a Chácara nº 128 do mesmo patrimônio.

Art. 3º O imóvel de que trata o artigo anterior será destinado exclusivamente para ampliação das instalações da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei em tela visa autorizar o Governo do Estado a doar imóvel à Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos para ampliação da VIZIVALI - Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, uma Fundação Municipal mantida pelo Centro Pastoral Educacional e Assistencial (Dom Carlos - CEPA) de Palmas-PR.

Na verdade o imóvel em questão foi doado ao Estado do Paraná pelo Município de Dois Vizinhos, através da Lei Municipal nº 835/1998 de 14/01/98 - (anexo I) e a finalidade específica de se construir uma sede da Companhia da Polícia Militar de Dois Vizinhos.

A doação foi feita na época pela Prefeitura Municipal de Dois Vizinhos porque o Batalhão da Polícia Militar de Pato Branco tinha interesse de construir a Sede da Companhia da Polícia Militar de Dois Vizinhos naquele local.

Depois de tanto tempo, não há mais interesse (a localização não está de acordo com as pretensões atuais do Batalhão de Polícia) por parte do Batalhão de construir a sede da Companhia naquele terreno, conforme documento apresentado pelo Comando do referido Batalhão (anexo II).

E o Município está se comprometendo desde já a disponibilizar outra área para o Estado, tão logo o Estado resolva retomar o projeto de construção da sede.

A VIZIVALE ampliou os cursos oferecidos e por isso o número de alunos vem aumentando significativamente. Alunos de vários Municípios do Sudoeste do Estado estão buscando formação nesta Faculdade.

Alguns cursos necessitam da construção de laboratórios, bem como, a construção de novas salas de aula e o

referido será fundamental para a ampliação e manutenção da VIZIVALI.

#### PROJETO DE LEI Nº 197/2005

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

O Deputado Carlos Simões, no uso de suas atribuições regimentais submete à apreciação da Comissão de Justiça e Redação, o seguinte:

Art. 1º Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e foro no Município de Quitandinha-PR.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 18.04.2005.

(a) CARLOS SIMÕES

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI, com sede e for no Município de Quitandinha é uma entidade sem fins lucrativos, legalmente constituída e devidamente registrada, está em pleno funcionamento desde 27 de janeiro de 1963, sob os auspícios de Departamento Estadual de Criança, hoje de responsabilidade da Secretaria da Criança e Assuntos da Família.

A Associação é uma entidade filantrópica que ministra diversos cursos destinados à população do Município de Quitandinha, especialmente para senhoras de toda a comunidade. Tem por finalidade a proteção e assistência à maternidade e à infância. Velando pela saúde, bem-estar e atendimento das necessidades da criança, da gestante e a família por meio de programas de higiene, assistência médica, proteção pela vacinação, assistência alimentar, recreação dirigida, cursos profissionalizantes, etc.

Pela documentação acostada, verificamos sua Utilidade Pública, para cuja declaração solicitamos o apoio dos nobres Pares.

#### *Pequeno Expediente:*

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

#### *Deputado Barbosa Neto (PDT)*

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Subo à tribuna hoje para manifestar sempre a minha intenção de querer colaborar com o Governo que aí está. Não pretendo apenas atirar pedras, mas às vezes,

tentando com o nosso humilde ponto de vista poder traçar as correções que na nossa opinião são necessárias para um Governo. Portanto, estamos fazendo a nossa parte.

Na semana passada, quando disse aqui que o Governador era aguardado na abertura da exposição agropecuária e industrial de Londrina, que por motivos outros ele não pôde ir, quebrando uma tradição em que os Governadores necessária e oficialmente abrem a exposição mais importante do Estado do Paraná e a segunda maior do nosso País.

Trago aqui até mesmo a repercussão daquilo que saiu na imprensa de Londrina, já que chamou a atenção o fato de o Governador não ir à abertura da exposição, mas ir a um bar na nossa cidade. Veja aqui o jornal "Folha Norte", que coloca em manchete com foto ampla, na primeira página: "Governador Requião foi ao Bar". E aqui dentro o jornalista escreve: "fauna noturna que faz do Valentino o bar sensação da boemia nativa ainda estava em casa sem emperiquitando para a festa, quando o Governador Roberto Requião atravessou os portões que levam ao mundo mágico do mais eclético boteco da cidade".

Também, aqui, no jornal de Londrina de ontem: "Governador Roberto Requião não participou da abertura da exposição, talvez para evitar uma colisão frontal entre a sua cruzada contra os transgênicos e a postura do Ministro da Agricultura Roberto Rodrigues favorável à soja geneticamente modificada. Nesta semana ele apareceu em Londrina e na Expo, no seu habitual, tratando a imprensa muito mal. Mas também encontrou uma brecha para surpreender, participando do lançamento de um livro no Bar Valentino, histórico reduto da boemia londrinense.

Mais aqui, a "Folha de Londrina" também pergunta: "Requião teria conseguido encarar o banheiro do Valentino?" É a perguntinha deixada no ar. Nós respeitamos aqueles que freqüentam o Bar Valentino, mas acho que seria muito mais importante para um Governador de Estado visitar, por exemplo, o 2º Distrito Policial que está superlotado, as obras paralisadas do centro de detenção e ressocialização, o hospital universitário que tanto necessita da presença do Governador, enfim, passar pelos quatro quilômetros que faltam, ser duplicados na Rodovia Carlos João Strass, mas isso, provavelmente, não ocorreu!

Aqui não fazemos nenhum tipo de crítica ao Governador, que é uma pessoa democrática, que vai em todos os lugares onde é convidado, mas sim à assessoria do Governador, a quem montou a agenda do principal mandatário do nosso Estado para desprestigiar eventos importantes e acontecimentos interessantes para a cidade em detrimento de uma visita a um bar. Não sei até se foi a inspiração do Vice-Presidente da República, José Alencar, que disse que na mesa de bar é que se resolvem os problemas do Brasil. Não sei, confesso.

Mas, fazendo essa constatação, fazemos até numa forma de procurar preservar a figura do Governador, que

poderia ter evitado essa chacota da qual foi vítima, por parte de alguns órgãos de imprensa do nosso Estado e nós esperamos, mais uma vez, que o Governador possa ir, por exemplo, ao Centro de Detenção e Ressocialização para ver por que as obras estão paradas aos quatro quilômetros da Carlos João Strass; ao Hospital Universitário, ver como está a situação dos funcionários; e ao 2º Distrito Policial, que tem lá, cinco vezes da sua capacidade normal.

Muito obrigado, Sr. Presidente Hermas Brandão.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Greca.

## ***Deputado Rafael Greca (PMDB)***

O SR. RAFAEL GRECA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tem a presente intervenção deste Deputado, o caráter de advertir o Paraná que no começo do ano noticiou-se a execução de uma variante ferroviária entre Guarapuava e Ipiranga, na Central do Paraná, que liga Apucarana a Ponta Grossa, pelo desvio Ribas, com verba já definida através da primeira etapa das PPP's, lei sancionada em 30 de dezembro de 2004 pelo Presidente Lula. O projeto propõe eliminar o gargalo existente no corredor de exportação, sem considerar o congestionamento que poderá, com certeza, ocorrer, com o aumento de tráfego, ligando duas ou mais zonas de produção, além do aumento da distância em direção a Paranaguá. Com a construção já em tráfego da Ferrovia Guarapuava-Cascavel e dos projetos Cascavel-Foz do Iguaçu e Cascavel-Guaíra-Dourados, somados com as linhas do Norte do Estado, pode-se imaginar o congestionamento que ocorrerá no pátio do desvio Ribas.

No plano ferroviário da Rede Ferroviária Federal S/A para o Estado do Paraná, o problema já foi previsto, além de encurtar em aproximadamente sessenta quilômetros a distância entre Guarapuava e Paranaguá, há um trecho que não penaliza o maior volume de cargas para o Porto, em favor de um mínimo para as indústrias moageiras de desvio Ribas.

Existe um projeto final de engenharia de um ramal Guarapuava-Engenheiro Bley. O Instituto de Engenharia defende esse ramal. Por outro lado, a construção de uma variante Guarapuava-Ipiranga pode causar sérios prejuízos para o desenvolvimento da região Sul do Estado do Paraná. Não resta a menor dúvida de que a atual concessionária da ferrovia irá abandonar o trecho atual, como já fez no trecho Engenheiro Gutierrez-Marcelino Ramos e dificultará o desenvolvimento dos projetos da linha-tronco de onde derivam os futuros projetos da zona sul da produção, identificada pelo anteprojeto, Porto União da Vitória/Pato Branco/Barracão.

A previsão de carga fornecida pela FERROESTE para o ano de 2005 é uma mostra contundente sobre a pri-

mazia da construção de trecho Guarapuava-Engenheiro Bley, no lugar do trecho Guarapuava/Ipiranga. A distância entre Guarapuava/Ipiranga é de 110 quilômetros. Entre Ipiranga e o desvio Ribas, pela Central do Paraná é de cem quilômetros, entre o desvio Ribas e Engenheiro Bley é de 63 quilômetros, dá um total de 273 quilômetros.

Ora! a distância entre Guarapuava e Engenheiro Bley, com a linha a retificar é de 108 quilômetros. A linha nova a construir é de 102 quilômetros, dá 210 quilômetros. 276 menos 210 dá 63 quilômetros menos.

A diferença entre Guarapuava-Ipiranga e Guarapuava-Engenheiro Bley é de 63 quilômetros a menos. Fica a pergunta: por que construir a ferrovia mais longa para Paranaguá, se pode ser construída a mais curta?

A previsão do transporte de cargas para o ano de 2005 para Guarapuava-Desvio Ribas é de 59 mil toneladas. De Cascavel-Desvio Ribas é de oitenta mil toneladas. Dá um total de 139 mil toneladas.

A previsão de transporte de cargas para Paranaguá e São Francisco é de quatro milhões, 634 mil toneladas, em 2005.

Fazer uma ferrovia mais cara significa encarecer, no mínimo, em R\$20,00 a tonelada. Estou fazendo este alerta a pedido de um grupo de engenheiros, engenheiros sênior, chefiados pelo ex-Governador Emílio Gomes.

Faço este alerta ao Paraná: não tem sentido construir a ferrovia no trajeto mais caro. É preciso construí-la no trajeto mais barato. Pode ser feito o segundo trajeto, num segundo momento, mas num primeiro momento, deve-se buscar o percurso mais rápido, mais direto, evitando-se o gargalo da produção do Paraná.

É um tema importante. É um tema de futuro. É um tema que pede a atenção desta Assembléia, do Sr. Governador do Estado, porque a ALL não tem compromisso estratégico com o Paraná. Quem tem essa obrigação com o Paraná não é a concessionária, mas sim, o poder concedente, sim, o Governo do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Ainda no Pequeno Expediente, concedemos a palavra ao Deputado José Domingos Scarpellini.

**Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)**

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Requião fala, faz e sustenta. Agora, Requião fala, não faz e não sustenta. Pedágio é pedágio. Seja ele público ou privado. Pedágio é um saque, é um assalto ao dinheiro do povo, do contribuinte, que anda pelas estradas do Paraná.

Gasto que nasce no forno não é pão e nem biscoito: é gato. E pedágio é pedágio, Governador Roberto Requião, seja ele público ou seja privado. S. Exa. o

Governador anunciou o pedágio em Francisco Alves. Trouxe a esta Assembléia a expectativa do pedágio público, que era o pedágio de manutenção. Vieram aqui o Secretário de Estado para os assuntos de transporte, Deputado Waldyr Pugliesi, juntamente com o Dr. Tissot, e aqui defenderam o pedágio. O pedágio de manutenção.

Depois, o Governador veio e disse que era uma brincadeira, que ele não iria pôr pedágio. Agora, acabou com o pedágio, o mesmo que ele criou, ele acabou. Agora que foi criado e que ele se comprometeu em acabar ou baixar o preço, esse continua mais caro do que era. Esse, fala, não faz e não sustenta o que falou na campanha que o elegeu Governador do Paraná.

Sr. Governador Roberto Requião, o “MDB velho de guerra” de Otássio Pereira, de Álvaro Dias, de Maurício Fruet, de José Richa, de Tancredo Neves, o MDB que foi à rua combater as ditaduras, não podia contar com você naquelas fileiras, porque você ainda não era filiado deste “MDB velho de guerra” que você chegou só depois, quando já estava à volta o estado de direito, para cobrar de alguns aquilo que você não fez.

Sr. Governador Roberto Requião, estamos aqui onde sempre estivemos, na tribuna, na trincheira, na luta pelo restabelecimento da democracia. Democracia que ainda não estamos vendo implantada no Palácio Iguaçu e nas ações de Governo praticadas por aquele que cobra dos outros o que não fez. Aquele que cobra e que fala do “MDB velho de guerra”, mas que não esteve lá, na luta e na guerra pelo estado de direito e pela democracia.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, disse o Governador aos Prefeitos que lá estavam, na quinta-feira, que ele quer ver um amontoado de presos na cadeia, do que pensar nos presos soltos, enquanto estão alguns mortos no cemitério.

Realmente, Governador Roberto Requião, partindo desse princípio, nós também queremos. Queremos que os assassinos de trânsito da madrugada de Curitiba possam ir para a cadeia, para poder responder pelo dano que fizeram, quando...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para concluir, Deputado Scarpellini, concedo-lhe um minuto.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

.... nós queremos, sim, todos, e não estamos vendo todos.

Aqueles que matam e que saem no carteirão do Senador, nós queremos vê-los também trancafiados. Mas, queremos que o espírito de justiça e os direitos humanos sejam respeitados para todos, não só para aqueles que têm o tio Senador da República!

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos aqui hoje, com um requerimento convocando nesta Casa, o Superintendente do Porto de Paranaguá, também para vir dar explicações, onde ele está pondo o dinheiro da varredura do Porto de Paranaguá,

que a sua irmã Lúcia Requião está cobrando, que quer o dinheiro para a Assistência Social do Paraná.

Estamos convocando para que ele venha explicar aonde e por que não mandou esse dinheiro, ainda, para a PROVOPAR paranaense.

Nós queremos que o Eduardo Requião, “o Bill Clinton de Paranaguá” venha aqui para explicar ao povo do Paraná, onde está o dinheiro!

São essas as nossas considerações e não vamos arredar um centímetro atrás, das nossas propostas e das nossas idéias. E o Governador sabe bem, que quando estamos numa causa, não nos entregamos! Não é, Governador?

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra o Deputado Jocelito Canto.

### ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Senhor Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Estava acompanhando o pronunciamento do Deputado José Domingos Scarpellini. Acho muito importante, Deputado Scarpellini, quando tivermos dúvidas convocarmos os Secretários para vir a esta Casa. Esse é o papel dos Parlamentares: trazer as dúvidas que existem e que somos cobrados, muitas vezes, como Deputados.

Agora, não concordo com o seu pronunciamento, quando diz que o Superintendente tem um apelido. V. Exa. faz uma acusação, coloca que alguém tem um apelido, ou coloca o apelido em alguém, fazendo com que aquele apelido pejorativo possa fazer mal àquela pessoa. Não é justo! Pode convocar o Superintendente, mas não acusá-lo! Como também fazer acusações de que tal pessoa estaria cobrando comissão, alguma coisa parecida, pela questão social.

Daqui a pouco alguém vai chamá-lo de algo e o senhor não vai gostar. O senhor não pode fazer essa comparação! Isso é maldade!

Quanto à comissão, pedir dinheiro para o social, fico até feliz que, de repente, alguém do Governo esteja se preocupando com o social. O mais importante nesse momento é cuidar do social.

Gostaria de inscrever-me no Grande Expediente da semana que vem, pois quero falar da “Luz Fraterna”. Estou fazendo um levantamento muito profundo e vou trazer dados sobre esse projeto que está andando no Paraná e que tem beneficiado inúmeras famílias carentes por onde tenho andado.

Na sexta-feira recebi alguns dados que me deixaram muito contente, saber que este projeto está andando.

No meu primeiro mandato de Deputado Estadual propus esse projeto aqui e não foi aceito pelo Governo do Estado. E tem muita gente que vai ficar surpresa quando eu trazer os dados do “Luz Fraterna”.

Tenho andado no interior, nas cidades pequenas, em vilas, em bairros, e lá as pessoas que pagavam 20, 30 reais não estão pagando mais. Isso é dinheiro, é renda àquela família! Esse dinheiro se transforma em apoio social àquelas pessoas!

Vou trazer dados consistentes. Não é só o “Luz Fraterna”. A COPEL também tem outros projetos. E tem um muito bom que trarei na próxima semana.

Queria aproveitar também para dizer ao Deputado Barbosa Neto, que disse que o Governador foi num bar. Que bom que o Governador foi num bar. O duro se não fosse a um bar!

Um bar é popular, seja ele de qualquer tipo. Um Governador que vai a um bar sem falar por ninguém, é porque é um Governador que tem coragem, que é tranquilo. O duro são aqueles que, antigamente, não iam nem às cidades. No meu tempo, quando Prefeito, nem no aniversário da cidade o Governador aparecia! Agora, temos um Governador que vai a um bar da cidade. Que bom! Outro dia o Requião foi a Castro e cavalcou dezoito quilômetros, chegou e foi aplaudido na cidade: quando é que um Governador fez isso?

Então, nós estamos, realmente, Deputado Barbosa, vivendo uma fase diferente, um Governador que vai a todos os lugares, que vai aos bares, que anda, que vai aos aniversários das cidades. Lá em Ponta Grossa o Governador esteve várias vezes e, cada vez que ele vai lá, é uma obra anunciada, e é por isso que estamos contentes com o Governo Requião, e temos certeza, que muita coisa boa virá.

Que bom que o Paraná tem um Governador, hoje, que não marca e vai a um bar. Bons tempos para o povo do Paraná.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra no Pequeno Expediente, o Sr. Deputado Ratinho Júnior.

### ***Deputado Ratinho Júnior (PPS)***

O SR. RATINHO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje ocupamos o espaço da tribuna para falar sobre o problema das armas de fogo no Brasil, um problema que assola todos nós, brasileiros e, com certeza, a todos aqueles que estão preocupados com a questão da segurança pública no nosso País.

Nos últimos anos, o número de brasileiros assassinados aumentou em 273%, sete vezes mais do que o crescimento populacional do País. Só no ano de 1998 quase cinquenta mil pessoas foram mortas, sendo que cerca de 445 mil foram vítimas do uso de armas de fogo.

Esses tristes dados fizeram com que a ONU - Organização das Nações Unidas desse ao Brasil o título de país que mais mata com armas de fogo no mundo.

Para se ter uma idéia, a chance de um brasileiro morrer por arma de fogo é três a quatro vezes maior do que a média mundial.

O que torna a nossa realidade ainda mais assustadora é saber que são os jovens as maiores vítimas da violência que nos assola. Só em 98, 6.876 jovens, entre dez e dezenove anos, foram assassinados no Brasil. Apenas no rio de Janeiro, oito pessoas entre quinze e 24 anos perdem a vida, todos os dias, vitimadas por armas de fogo e, nessa faixa etária, a chance de uma pessoa ser morta por uma arma de fogo é muito grande.

Esses são alguns dos números, que retratam de forma fria os milhares de rostos de vítimas e a tristeza de familiares inconsolados diante da violência causada por revólveres e pistolas em todo o nosso país.

Muitos dizem que as armas que matam no País são ilegais. É verdade, a grande maioria, 90% dos casos são armas ilegais, mas o que muitas pessoas não sabem é que as armas ilegais são produzidas no nosso próprio País! Dizem que a arma ilegal vem do Paraguai. É verdade, mas quem fornece e exporta a arma para o Paraguai é o Brasil (são os nossos produtores de armas; a indústria bélica brasileira)!

Por que nós estamos, aqui, hoje?

Porque em outubro haverá um referendo nacional, um plebiscito com a população que vai votar se é a favor da proibição de fabricação de armas em nosso País. Nós apresentamos, aqui na Assembléia, uma comissão, que possa assessorar o Ministério da Justiça, possa dar argumentos para que esse referendo aconteça e, se possível, se Deus quiser, possa ser aprovado pela população, que o nosso referendo aprove a proibição de armas de fogo no Brasil.

Muitos falam assim, através do nosso projeto de desarmamento: “mas não está desarmando bandido! Está desarmando a pessoa de bem!” O nosso projeto não foi feito com intuito de desarmar bandido, até porque a polícia tenta desarmá-los desde que o mundo é mundo! o nosso projeto foi para acabar com os crimes fúteis. O que é isso?

É a briga de boteco, é a briga de bailão, é a briga de trânsito, é o pai que está limpando a espingarda e acaba dando um tiro acidental no seu filho, é a criança de sete anos que mata o irmão de cinco, com a arma do pai, como aconteceu no Estado do Paraná há duas semanas atrás! São esses crimes que queremos acabar! O crime do bandido, vamos acabar sim, com polícia bem armada, com polícia séria, com política inteligente, com contingente policial que represente o número populacional que temos.

Em Nova Iorque há um policial para cada duzentos habitantes. No nosso Estado do Paraná há um policial para cada 3.500 habitantes! Esses números que temos que baixar.

Por isso é importante o apoio desta Assembléia, como já deu prova aqui, aprovando o nosso projeto de desarmamento e por isso é importante que a Assembléia

Legislativa, essa comissão que vai ser montada, assessorar o Ministério da Justiça, para que possamos conseguir a proibição de venda de armas no nosso País.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. NELSON GARCIA (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para registrar a presença do Prefeito de Perobal, o Toninho, mais os Vereadores Augusto e Dimas, nossos companheiros.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esta Presidência se associa ao Deputado Nelson Garcia e agradece a presença dos senhores aqui.

Deputado André Vargas, com a palavra.

## ***Deputado André Vargas (PT)***

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Hoje, às 17h, teremos uma Sessão que vai na linha que o Deputado Ratinho coloca: comemora a Campanha da Fraternidade deste ano. A Igreja Católica, junto com as demais igrejas e religiões, está debatendo a questão da construção da paz.

O Deputado Ratinho Júnior - sancionado pelo Governador - aprovou um projeto de desarmamento aqui, como fez a sua citação. O Governo Federal implementa uma política e uma campanha nacional de desarmamento. E o desarmamento faz parte da promoção pela paz, de uma educação pela paz.

No ano passado também aprovamos aqui um projeto que criava a Semana Estadual da Paz. É comum nós vermos nos livros didáticos, na pedagogia implementada pelos alunos, um endeusamento de pessoas que construíram a guerra, porque a história em geral é feita e escrita por Duque de Caxias, escrita por Eisenhower, escrita pelos grandes generais. Mas, não se vê uma cultura e uma educação pela paz, de pacifistas promovendo e divulgando as ações de Mahatma Grandhi, as ações de homens e mulheres que promoveram e promovem a paz.

Por isso que hoje, na Sessão Solene, a importância de nós em conjunto com todos aqueles que têm a sua crença, independentemente de crença, falamos de fato a reflexão, que, além do desarmamento, nós precisamos construir valores entre nós, de solidariedade e compreensão, para que não tenhamos a guerra e o assassinato.

Sr. Presidente, também hoje protocolo um requerimento, porque à época da promoção desse evento, que entendo de importância muito grande para o nosso Estado, nosso País, para o mundo, que é essa campanha da fraternidade. Alguns até brincaram, comigo: “André, você que sempre está aí fazendo debate, às vezes de forma ácida, fazendo debate político, fazendo aí uma Sessão Solene da campanha da Fraternidade, em especial desse tema!”

No entanto, e até fiz uma consideração, mesmo como Deputado tendo pedido a Sessão Solene, eu não sou, não professo a crença, nem católica e nem evangélica, mas tenho uma visão humanista. Acho que o Parlamento e o Estado têm que ter uma concepção laica, não têm religião, não têm corte dogmático, mas têm que ter a marca da fraternidade, da solidariedade e da tolerância.

Protocolo, hoje, Sr. Presidente, um voto de congratulações à Federação Espírita do Paraná e às Sociedades Espíritas do nosso Estado, pela comemoração na data de hoje, dos 148 anos da edição do Livro dos Espíritos, obra - Deputado Marcos Isfer - que teve o seu avô Isfer, um dos maiores divulgadores deste Estado, obra que marcou o início dessa doutrina que não faz o combate religioso e nem a discussão religiosa, mas trata das questões da alma e do espírito. Um lema norteou essa obra, porque a palavra, o termo espiritismo só existe desde a edição desse livro. Antes, todas as doutrinas, todas, são espiritualistas.

Editado em 18 de abril de 1857 dizia, apelava para todos aqueles que acreditavam em Deus, na imortalidade do ser, que também se congratulassem no sentido de promover a paz, a fraternidade e a tolerância, citando alguns slogans que são comuns para inúmeras entidades, mesmo aquelas que são as chamadas Ordens dos Espiritualistas: trabalho, solidariedade e tolerância; liberdade, igualdade e fraternidade - lemas que moveram os homens no Século XIX e que sem dúvida nenhuma precisam continuar a nos mover, para que mesmo na divergência de idéias possamos construir uma sociedade solidária, justa e tolerante, porque aí, sim, teremos a paz.

Era isso Sr. Presidente.

### ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado, Deputado André Vargas.

Horário das Lideranças: PP; PPS; PDT; PT; PSDB; PFL. Concedo a palavra ao Deputado Durval Amaral.

### ***Liderança do PFL: Deputado Durval Amaral***

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na quinta-feira passada o Governo do Estado reuniu no Palácio Iguaçu, Prefeitos de todo o Paraná, para assinarem o convênio de transporte escolar. A princípio uma medida louvável, mas o resultado foi realmente desastroso para o Governo do Estado, nobre Deputado Valdir Rossoni. Vários Prefeitos me ligaram e muitos, pessoalmente, pediram que este Parlamentar registrasse na Assembléia Legislativa a indignação e a frustração por esse convênio. Em primeiro lugar, porque o transporte escolar é um direito de todos os Municípios do Paraná e imposto pela norma que aí está. O Governo não faz favor

algum quando repassa os recursos do transporte escolar, para os Municípios do Estado do Paraná.

O que causou indignação nos Prefeitos de todo o Estado - digo isso até como sinal de alerta ao Governo - foi a forma e a maneira como foram convocados: para virem todos eles a Curitiba na quinta-feira, e efetivamente após os pronunciamentos das autoridades ali presentes, os prefeitos foram informados que deveriam assinar os convênios nos Núcleos de Regionais de Educação.

A indignação foi total. A revolta geral de todos os Prefeitos, não entendendo por que, em se tratando de um direito dos Municípios, em se tratando de um convênio que poderia ser assinado nos Núcleos Regionais de Ensino, sem a necessidade de deslocamento de mais de 250 Prefeitos à Capital, todos eles foram forçados a vir aqui, diante da ameaça de não receberem o convênio, e depois foi lhes solicitado apenas para que assinassem a lista de presença, com caráter intimidatório, com caráter coercitivo, com caráter de punição. Em tese, aqueles que não viessem ao Palácio Iguaçu seriam excluídos do recebimento desses recursos.

Quero dizer, Deputado Dobrandino, que o Governo não precisa disso! A indignação foi geral! Ainda mesmo na quinta-feira, meu telefone não parava de tocar, de Prefeitos de todos os lados do Paraná, pedindo que fosse registrada a sua revolta. Na sexta-feira, em contato pessoal com vários Prefeitos, unanimemente todos eles demonstravam a sua revolta. Acredito, nobre Presidente, que isso só desgasta o Governo. Só desgasta, porque é sua obrigação, é obrigação de fazer, é obrigação de transferir e tentar fazer política em cima de um direito dos Municípios e mesmo tentando fazer política, fazem muito mal, porque ao invés de valorizar o Governo, acabam impondo-lhe um desgaste desnecessário.

Mas, quero também deixar aqui registrado que mais uma vez, Deputado Valdir Rossoni, a Oposição tem denunciado, como denunciou o pedágio de manutenção, como denunciou o pedágio da Ponte de Guaíra, como tem denunciado que o Governo do Estado não toma medidas eficazes para cumprir a sua promessa de acabar com o pedágio. Mas, a Oposição que cumpre o seu ministério e sua missão, não pode se furtar, neste momento de dizer que o Governo agiu bem ao acabar aquilo que nem começou. Todos são testemunhas dos meus questionamentos e dos Deputados de Oposição, quando da vinda a esta Casa do Secretário Waldyr Pugliesi e do Diretor do DER, o Tissot, questionando a irresponsabilidade e a maneira pouco inteligente que o Governo queria implantar o pedágio de manutenção, que já ganhava efetivamente o apelido popular de "Pedágio Ferreirinha".

O Governo agiu bem nesse momento, ao recuar. Agiu com inteligência, porque seria insustentável tentar, um Governo que não acabou com o pedágio, que não o abaixou que ainda o aumentou, criar várias praças de pedágio no Paraná, e a desorganização e a desarticulação era tanta, que eu dizia e perguntava: vocês já têm o cál-

culo de viabilidade econômica e financeira? Todos os senhores lembram disso!

Eu perguntava isso ao Sr. Tissot e ele dizia: as planilhas estão todas prontas; nós já sabemos quanto custa, qual vai ser a base da tarifa do pedágio... Tudo mentira, porque falavam que o pedágio ia custar 20% e não tinham nada pronto! Aí perguntei: quanto vai custar uma praça de pedágio? E ele não sabia me dizer, o que efetivamente demonstrava que os cálculos eram todos fictícios, eram todos preparados para enganar o Governo ou induzir o Governador a erro ou então para saciar a vontade de se ter um termo de comparação.

Por isso, quero aqui deixar registrado, nobre Deputado Dobrandino, que efetivamente essa solenidade foi extremamente desgastante para o Governo do Estado do Paraná e causou indignação absoluta e total nos Prefeitos deste Estado.

E, com relação ao “Pedágio Ferreirinha”, o Governo agiu bem. Mais uma vez a Oposição coloca com coerência e o Governo reconhece que a Oposição neste Estado deve ser ouvida, como ouvidos muito mais devem ser os Deputados da Base do Governo.

Muito obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Obrigado a V. Exa., Deputado Durval Amaral.

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni, no Horário do PSDB.

### ***Liderança do PSDB: Deputado Valdir Rossoni***

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Na verdade, o que nós observamos no decorrer do tempo é que o Governador Requião tem uma prática de ensinar os seus soldados a serem fiéis à base da chibata. Tenho observado pessoas que, de um momento para outro, sobem à tribuna e fazem a sua defesa. Eu quero dizer aos senhores que eu teria muita dificuldade; nunca recebi esse tratamento do Governador. Ele até tem sido respeitoso com a minha pessoa, mas eu nunca, jamais, subiria à tribuna fazer a defesa de alguém que me ofendeu moralmente! Mas, o Governador Requião tem, na verdade, essa grande capacidade: ele chibateia, usa da chibata, e as pessoas se ajoelham e se acalmam. E, no decorrer do tempo, depois de se acalmarem, passam a defendê-lo e dali a pouco passam a elogiá-lo.

Talvez essa prática de fazer política seja mais moderna, eu não faço parte e não aceito essa maneira de fazer política. Meu caro Líder do Governo, Deputado Dobrandino, nós fizemos um acordo de cavalheiros quanto à questão das respostas que o DER teria que dar à Oposição, um longo questionamento que nós fizemos junto ao DER para depois darmos continuidade a denúncias que têm chegado à Oposição, quanto à forma que

têm sido licitadas as estradas que estão sendo recuperadas no Paraná.

Não quero aqui antecipar as denúncias, porque à frente da Secretaria dos Transportes tem um homem, o qual passou por esta Casa, que tem de mim o maior respeito e admiração. Mas, firmado o acordo com V. Exa, que as respostas viriam à Oposição na semana passada, e não chegaram ainda, e na quarta-feira, se não me falha a memória, depois de muita insistência do Diretor do DER em falar comigo - eu me recusava a falar com ele porque o meu acordo era com o Líder do Governo, até porque sei que funciona muito melhor eu trabalhar aqui com o Líder do Governo, que exige que se respeite a Oposição e até este presente momento o senhor tem dado este tratamento à Oposição.

Depois de muita insistência do Diretor do DER, resolvi atendê-lo. Aí ele ponderou que não teria condições de mandar a esta Casa todas as informações que estavam no requerimento, porque o volume era muito grande e eu até aceitei as suas ponderações, quando ele disse que encaminharia documentos que certamente satisfariam a Oposição.

Passou a semana, nada aconteceu, não chegaram os documentos, Deputado Dobrandino!

Então, estou colocando isto porque, mesmo da forma que o diretor do DER argumentou e me convenceu, eu aceitei as suas ponderações, mas os documentos não chegaram. E nós, na verdade, já estamos com um pronunciamento e alguns questionamentos para fazer nesta Casa, que o papel está ficando amarelo porque faz mais de trinta dias que fizemos o requerimento, que foi aprovado nesta Casa.

Então, meu caro Deputado Dobrandino, faço este alerta porque V. Exa. tem conduzido a Liderança do Governo de uma forma cortês e competente, e por esta razão imploro a V. Exa. para que nós não venhamos fazer as críticas aqui antecipadamente sem ter as informações do DER, e que se fazem necessárias.

O assunto, na verdade, que me traz aqui a esta tribuna, até se torna cansativo; é a questão segurança. Nós sabemos que o problema de segurança é um problema nacional. Nós sabemos que o problema de segurança nas cidades grandes, o problema é maior, Deputado Bradock, é mais difícil, mas pela inoperância do Secretário da Segurança a insegurança está chegando nas cidades de médio e de pequeno portes, porque ele não ouve, e quando ouve, talvez, entra por um ouvido e sai pelo outro, porque eu não tenho visto nenhuma medida efetiva para resolver os problemas de segurança.

O Governador Requião, ao assumir, disse que ele seria o Secretário da Segurança. Assumiu a Secretaria da Segurança e a nossa segurança a cada dia está se deteriorando mais! No primeiro momento até tinha uma grande desculpa - é, porque o Governo anterior, porque o Governo anterior, porque o Governo anterior - mas agora não tem mais Governo anterior! Agora tem dois anos e meio de Governo que nós não vemos nada de efetivo na



segurança do Paraná, nada de novo! Há Municípios que não têm efetivo da Polícia Militar.

Outra questão, a questão da nomeação do sargento, do cabo, para delegado, não funciona no interior. Sabe por que não funciona? O cabo ou o sargento mora na cidade-pólo. Então, ele vai uma vez por semana ao Município onde ele é delegado. Se no decorrer da semana ocorrer alguma coisa, algum acontecimento que precise da atenção de alguém da área de segurança, terá, naturalmente, que procurar o delegado, sem telefone, porque não tem celular, não está na cidade, e lá ficam, - não tendo efetivo da Polícia Militar - os poucos policiais que tem, sem comando, porque em muitos casos, este sargento ou este cabo, está respondendo por várias delegacias.

Eu não faço aqui por prazer, esta crítica, porque nos Municípios pequenos, as celas, as portas das celas das delegacias estão enferrujadas e sempre estiveram, porque em Municípios de quinze mil habitantes, dez mil, cinco mil habitantes, não havia, Deputado Durval, problemas de segurança.

Por incrível que pareça, hoje montou-se uma quadrilha no interior do Estado do Paraná, porque eles viram que também lá não há segurança e hoje eles estão assaltando lojas e supermercados.

### ***Passa a usar o Horário da Liderança da Oposição***

Sr. Presidente, farei uso do Horário da Liderança da Oposição pois quero dar aparte ao Deputado Anibelli mas antes, para concluir meu raciocínio, quero dizer pela inoperância da segurança nas cidades pequenas, porque saiu da grande, foi para a média, para a semimédia e foi para a pequena. Já está em Porto Vitória, Deputado Anibelli e Porto Vitória é uma cidade pequena que nós, que somos Deputados de Porto Vitória, conhecemos todas as pessoas pelo nome. Mas o que acontece? Acontece que lá não tem Polícia Militar, o Delegado é um turista lá na cidade, é um turista!

Quero dizer aqui aos senhores o seguinte: é difícil defender isso porque muitas pessoas não conhecem o que é o interior do Paraná, mas sou um defensor do “Delegado calça curta”! Por que sou defensor do “Delegado calça curta”? Porque ele é indicado, politicamente, pelo Deputado, já tem o aval do Deputado, o Deputado tem o cuidado de indicar uma pessoa idônea. Ele tem a indicação do Prefeito Municipal, tem a aprovação da Câmara de Vereadores e dos empresários daquela pequena cidade. O que acontece? Antigamente tinha um Conselho de Segurança, onde essas pessoas contribuíram para o bom funcionamento da segurança com gasolina, com conserto de automóvel. E o que acontecia? Sabíamos onde estava a segurança dos municípios pequenos, era um telefonema do comerciante que estava sendo, de repente, atingido por esta questão. Ele telefonava ao Delegado, o Delegado ia

na Polícia Militar, ela agia e funcionava muito melhor do que hoje!

Concedo o aparte ao Deputado Antonio Anibelli.

#### **O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Agradeço a concessão por V. Exa. e quero dizer que também sou a favor do “Delegado calça curta”. O que acontece é que o Governador Roberto Requião é contra, ele não aceita! Inclusive, nomeamos alguns Delegados para que respondessem como V. Exa. diz, porém o Governador quer fazer segurança com o seu programa de Governo! A “Operação Mãos Limpas” que ele faz às segundas-feiras, ouvindo reclamos, reunindo Delegados de Polícia, Juiz, Promotor; ele faz uma política de segurança com a intenção de ser uma política de primeiro mundo.

Ele não quer o “Delegado calça curta”, que acho que é bom, que aceita a intromissão do Deputado, do Prefeito, do Vereador, mas daí ele fica com o rabo preso. Quando, às vezes o Deputado manda perseguir, se for Deputado mau caráter ou algum Prefeito mal caráter e nós sabemos que existem, começa a perseguição política.

Veja V. Exa.: no sábado, às cinco horas, em Palmas, entregamos três viaturas das 1.600 que o Governador comprou. Acabou aquele acerto de compadres em que as viaturas eram alugadas. Acabou-se! O Governador contratou 1.200 homens e colocou na rua os corruptos, os mordedores, aqueles da Força Verde que andavam multando e assaltando os nossos agricultores! Contratou quinhentos policiais civis - a maior contratação, como diz o Secretário, dos 150 anos de República. E nós, Deputados, entregamos em Palmas, três viaturas, quer dizer precisava de mais, União da Vitória, precisava de mais policiais! Dizíamos hoje ainda para o Governador: “Precisamos mais condições para os policiais militares, mais gente.” Mas o Governador pegou um Estado que em oito anos nunca investiu em cadeia pública e o Governador dizia: “Eu Prefiro que o preso sofra lá na delegacia do que a família chore a morte de um trabalhador que ganha R\$ 260,00 de salário mínimo, quando um bandido condenado de uma Delegacia, o preso está custando quatro, cinco vezes mais.”

Essa é a diferença da política do Governador Roberto Requião, onde temos um Promotor competente, uma elite de Procuradores do Paraná.

#### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Vai acabar o meu tempo.

#### **O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Eu lhe concedo três minutos, fazemos, aqui, com o Deputado Zucchi uma inteligência, uma vontade de ter a segurança do Estado. Sabemos dos problemas que V. Exas. passaram e que nós passamos. Nunca ninguém está satisfeito com a segurança em Curitiba, porque quando mata onze em Curitiba, crime você não prevê. Agora, ladrão tem que ir para a cadeia e não dar vida boa. Como

dizia o Deputado cadeia: “Ladrão bom é ladrão morto”. E temos que zelar pela segurança do nosso povo e é o que estamos fazendo.

Muito obrigado e desculpe.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Quero discordar de tudo que o Deputado Anibelli disse aqui, com todo respeito que ele merece. E tem que parar com essa história de que segurança do Paraná hoje não funciona por culpa do Governo anterior. Está terminando este Governo, então não tem mais esse discurso. Outra questão, o Governador quer fazer uma segurança moderna. Deus me livre se isso é moderno! Em Curitiba as pessoas que estão nos assistindo, através do corajoso Canal 21, podem ser testemunhas do que estamos falando. Se fizermos uma pesquisa hoje em Curitiba sobre quem é que está satisfeito com a segurança, são muito poucas pessoas, porque ninguém está satisfeito porque alguém da sua família, alguém próximo já foi assaltado nos últimos meses. Porque, se fazer segurança de forma moderna, é fazer segurança de forma improvisada, aí eu concordo. Porque se improvisa. Assalta-se a esposa ou alguém próximo ao Governo na Avenida das Torres perto da Vila Pinto, aí se desloca todo o efetivo para lá.

Outra questão: dizer que o Governador está fazendo segurança reunindo Delegados, Sargentos, Coronéis. Essa gente não vai para a rua. Quando a insegurança chega ao interior do Estado nas cidades pacatas, nas cidades que nunca houve o que está acontecendo, é porque não tem mais como resolver o problema de segurança pela incompetência, pela inoperância do atual Sistema de Segurança do nosso Estado. Não quero, aqui - tinha prometido para mim mesmo, Deputado Ratinho, que eu não faria mais a defesa do Governado anterior - mas tem algumas coisas que não tem jeito de você fugir. O que você vem aceitando, porque o Governo anterior cometeu erros, enfim você aceita. Mas depois de dois anos e meio eu poderia fazer uma pergunta: Quantas penitenciárias foram construídas no Paraná em dois anos e meio?

**O Sr. Antonio Anibelli (PMDB)**

Estão sendo onze.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Já lhe dei o aparte. O que estou falando é uma constatação. Questão de segurança não é mais uma questão de discussão de Deputado a favor do Governo ou de Deputado contra o Governo. É uma questão de abrir a mente do Secretário da Segurança, porque tenho certeza absoluta e convicção.

Deputado Barbosa, todo dia V. Exa. sobe nesta tribuna e reclama da segurança de Londrina. Estou aqui, reclamando dos Municípios que eu represento, porque vou a União da Vitória e é uma choradeira; vou ao Sudoeste e é outra choradeira; vou a Irati é outra choradeira!

Fui a Laranjeiras do Sul na sexta-feira e era somente isso que se reclamava. Não se falava em outra coisa. Estão encostando caminhonetes em pequenas lojas e as estão limpando à noite.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Concedo um minuto para concluir.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

... porque na verdade, estão com a certeza absoluta da impunidade. Se - Deputado Anibelli e Deputados do Governo - V. Exas. acharem que a forma como estão sendo feita a segurança neste Estado está correta, aguardem o ano que vem, nas eleições para Governador, aguardem. O castigo maior, Deputado Dobrandino, não vai ser a mentira do pedágio. O castigo maior que virá sobre o Governo é a inoperância no setor de segurança e de saúde. Na questão de saúde, vou voltar a falar na semana que vem, porque ouvi outro dia, um Deputado dizer o seguinte: “porque nós estamos começando a construir hospitais...”. Não sei se os senhores sabem, oito meses de funcionamento em um hospital é igual ao custo de construir um hospital.

Então, não adianta começar a construir “elefante branco” agora e terminar no final do Governo e deixar os hospitais que estão aí, sem o atendimento que é necessário. Mas essa é uma questão para o segundo tempo.

Obrigado Srs. Deputados, obrigado pela atenção a mim dispensada.

**O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)**

Infelizmente o Deputado Rossoni não permitiu que lhe fizesse um aparte, apenas cumprimentá-lo por ter concedido aparte ao Deputado Anibelli. As pessoas mudam, as coisas mudam, as coisas mudam na vida. O Deputado Rossoni disse recentemente aqui que não permitiria aparte...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Não cabe questão de ordem, Deputado.

Concedo a palavra ao PMDB.

Concedo a palavra ao Deputado Bradock.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Sr. Presidente, invoco a coerência. Não deu tempo de dar aparte ao ilustre Parlamentar de Ponta Grossa, mas teria todo o prazer de dar porque não tenho medo do debate com o Parlamentar, mas não é possível que eu encerre o meu pronunciamento e ele venha com sadismo, querer de todas as formas desqualificar este Parlamentar.

Não tem feito só com o Deputado Rossoni, tem feito com vários Parlamentares e, por questão ética, temos que nos respeitar aqui.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Bradock.

## ***Liderança do PMDB: Deputado Delegado Bradock***

O SR. DELEGADO BRADOCK

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Invoco primeiramente o elogio ao laureado Deputado Valdir Rossoni. Brilhantemente, nas suas palavras, citou problemas da Segurança Pública do Estado do Paraná que não é do PMDB, que não é do PT, que não é do PFL, do PSDB, é de todos nós e, na verdade, o Deputado Valdir Rossoni, na sapiência que lhe é peculiar, disse muito bem: as cidades pequenas estão sendo invadidas também pela insegurança. Isso é um fenômeno nacional, não é um fenômeno só do Estado do Paraná, embora algumas atitudes do nosso Secretário da Segurança não coadunem com a nossa realidade, querendo impingir na nossa Polícia, um sistema de primeiro mundo, porque não somos do primeiro mundo, somos do terceiro mundo, mas há que se louvar a idéia, a vontade do Governador que, de uma maneira ou outra, tenta tampar os espaços onde a criminalidade está tentando avançar. Não é fácil, falamos de cadeira.

Palmas, em 1994 tinha apenas este Deputado que vos fala, como Delegado e um “tira” e 76 presos. Fomos para Ortigueira e não tinha Delegacia, era apenas uma sala e sem viaturas. De Ortigueira, fomos a Telêmaco Borba, que era uma subdivisão, a 18ª, um delegado, oito, nove “tiras” e cento e poucos presos. O prédio trincado ao meio e sem comunicação. E assim, se formos enumerar, quase todas as outras Delegacias do Estado, com raríssimas exceções, por conveniência do Delegado que atua em determinada Delegacia, eram exceções, como são até hoje.

É um problema difícil de ser resolvido. Comungo com a idéia, junto com o Deputado Anibelli e ao Deputado Rossoni, não que seja a solução exata, porque eu, como Delegado, não posso aceitar um “calça curta” assumindo as minhas funções, mas para o atual momento, talvez seja a melhor solução.

O Governador deveria rever esse posicionamento e nomear os “calças curtas”, até que esta Assembléia aprove o concurso público para os Delegados de 5ª Classe, para que eles atuem nas cidades que não são comarcas e acabe de vez com a Polícia Militar querendo gerenciar uma Delegacia, que não tem nada a ver com policiamento ostensivo. A formação do policial militar é uma e a formação do policial civil é outra. Não dá para comparar, não dá para juntar as duas, são posições e instruções diferentes.

É necessário que nós, aqui da Assembléia votemos ou apresentemos ao Governador, a idéia do Delegado 5ª Classe, para que ele vá atuar nas delegacias onde não seja a sede de comarca e são aproximadamente umas duzentas delegacias.

Queria dizer ao Deputado Rossoni, que não sou servil ao Governador, eu o respeito, eu o defendo nos

projetos. Sou amigo leal e defendo o Governo naquilo que é necessário.

Mas, quando a crítica é bem feita, quando a crítica é construtiva, como aconteceu com outras que o Deputado Durval Amaral - também não está aqui - quando fala do pedágio de manutenção, que o Governador sabiamente disse que não vai mais implantar no Estado do Paraná, porque verificou que dá para manter as estradas, sem tirar um centavo do bolso do paranaense. Acho que é viável, que é louvável.

Portanto, quero deixar aqui o meu apreço à Oposição, que quando faz uma crítica construtiva, não no tom de destruir o que está sendo feito de bom, como a compra do patrimônio da Polícia Civil, dos carros, como a ampliação dos carros da Polícia Militar, a informatização, a comunicação que é muito importante. Acho que isso que é o papel do Parlamentar. Não basta subir na tribuna e jogar pedra na janela. Um dia a janela poderá ser Oposição e a Oposição será pedra.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Horário da Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Dobrandino.

## ***Liderança do Governo: Deputado Dobrandino da Silva (PMDB)***

O SR. DOBRANDINO DA SILVA

Minha manifestação com relação ao discurso do nobre Deputado Valdir Rossoni, eu diria o seguinte: a única coisa que eu queria dizer, no meu discurso hoje, contrariando e denunciando, e V. Exa. citando problemas na segurança; é no Brasil inteiro. Não tenho dúvidas disto. É fácil fazer um discurso. Mas, V. Exa. tem razão. Temos que ser coerentes. Já fui contra isso e continuo falando para o Governador, que esta decisão dele de eliminar os chamados delegados “calça-curtas” dos pequenos Municípios, trouxe um prejuízo para a segurança. Os chamados Sargentos da Polícia Militar, que ocupam os cargos como Delegados nos pequenos Municípios, não têm dado certo. Não quer dizer que por ineficiência, mas a maneira burocrática que tem a Polícia Militar, não é para atender, na verdade, uma Delegacia, para se dirigir, atender ao público. Ela pode muito bem fazer o serviço na sua investigação, mas para ocupar um cargo de Delegado não tem dado certo.

Já disse isto ao Governador. Temos que ser francos. Não podemos esconder nada.

Concordo com V. Exa. e vou continuar discordando e tentar convencer o Governo que é melhor para a segurança colocarmos, novamente, aqueles Delegados indicados, seja por Deputados ou por Prefeitos. Dá um melhor resultado. E dizer que estou satisfeito.

Estou acompanhando, aqui, parece que vai ter um projeto de lei, uma emenda aqui da Assembléia autori-

zando o Governo a contratar os policiais aposentados, Delegados aposentados, que possam prestar um serviço na segurança. Com esta autorização o Governo chamará por decreto e será uma fase mais fácil de suprir estas deficiências do governo.

Por outro lado, se for chamar os Delegados - os policiais já tiveram no cargo como policiais, servindo na área da segurança, o Governo conhece quem são os bons, quem são os honestos. Vai contratar aqueles que ele já conhece, não tem problema em errar, eu acho que esta é uma medida boa para a segurança do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não havendo mais oradores inscritos.

## ***Ordem do Dia:***

Passa-se à

### **ORDEM DO DIA:**

com a presença de 46 Srs. Deputados.

## ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 011/2005, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente, propondo a ligação asfáltica da estrada que liga Rebouças a São Mateus do Sul, passando pela localidade de Poço Bonito. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, com apoio do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

## ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

## ***2ª Discussão***

### **ITEM 01**

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 37/2004, que estabelece os casos de contratação de pessoal, por tempo determinado, para atendimento de necessidades temporárias de excepcional interesse público, atendidas as condições que especifica. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ E CF. EMENDAS DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ., NA FORMA DA SUBEMENDA.

Está encerrada a discussão.

Para encaminhar a votação, cada Deputado terá a palavra por dez minutos.

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB)

Sr. Presidente, nobres Companheiras e Companheiros.

Gostaria de encaminhar este projeto da seguinte forma: em algumas Sessões, anteriores, pedia a retirada dele por duas Sessões, porque na nossa avaliação continha várias emendas importantes que estavam sendo solicitadas que votássemos contrariamente.

Conversando com o Presidente da APP - Sindicato, com a Secretária da Administração e, ponto-a-ponto, discutimos com ela várias emendas que seriam fundamentais para garantir o direito dos servidores. E que da maneira que estavam sendo colocadas na discussão anterior, contrariava, inclusive as próprias intenções do Governo em relação a esse projeto.

Naquela reunião ficou consignado que votaríamos favoravelmente as emendas dois, três, quatro, seis, oito, nove e dez, emendas essas da Comissão de Finanças.

E que votaríamos contrariamente, dentro daquele acordo, apenas as emendas um, cinco e sete.

No processo anterior votamos contrariamente em todas as emendas.

Desta forma gostaríamos de encaminhar para que os Companheiros votassem favoravelmente as emendas dois, três, quatro, seis, oito, nove e dez e contrariamente as emendas um, cinco, e sete.

Nessa discussão ficam asseguradas no texto do projeto as questões relativas aos direitos dos servidores. O ideal seria que algumas questões fossem revistas no próprio texto do projeto. Só que isso, a essa altura do campeonato, é impossível. Teríamos que reiniciar o processo. As emendas asseguram as solicitações, as recomendações e vem ao encontro dos interesses dos servidores.

Muito obrigado!

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria que os Parlamentares atentassem para esse projeto. Temos sido, no decorrer do tempo, muito combativos quanto a algumas questões de contratação de servidores pelo Estado.

O importante, com relação a este projeto, é que estamos dando um cheque em branco para que Governo possa contratar, em diversas áreas, a hora que bem entender.

Sr. Presidente, Sras. e Srs Deputados; não é possível que um Governo queira contratar servidores públicos sem concurso! E está insistindo! Não sei por que cargas d'água, porque cito aqui um exemplo onde a Justiça já pronunciou-se: é a questão da TV Educativa. O Governo insistiu em contratar os servidores sem concurso; depois procurou a FUNPAR, uma Fundação ligada à Universidade Federal do Paraná; nós entramos na Justiça; a Justiça pronunciou-se contrária a essa contratação, agora o Governo vem, novamente, pedir a autorização desta Casa para contratar servidores sem concurso.

É importante que os Deputados se atentem, porque o que vai acontecer agora, aprovado esse projeto? Estaremos, por exemplo, autorizando o Governo, porque ele vai encontrar uma justificativa para contratar os servidores da TV Educativa. Assim que a Justiça pronunciou-se contra a contratação sem o concurso público, o Governo, logo na outra semana, aproveitou para que esse projeto chegasse à Casa. Por quê?

Temos que ser pragmáticos. O Governador, com a sua inteligência...

Ora, se isso fosse necessário, o Governo teria aprovado isso aqui no primeiro dia ou no primeiro mês de Governo, Deputado Barbosa!

O que está acontecendo?

Nós vamos aprovar, agora - sendo que estamos a um ano das eleições - autorizando a contratação sem concurso! E aberta a oportunidade ao Governo para contratar servidores ao bel-prazer.

Nós Deputados da Oposição, queremos, Sr. Presidente, deixar claro a nossa posição de votarmos contra esse projeto, porque sempre ouvi, ao longo da história e do tempo que estou nesta Casa, Parlamentares, que hoje são Governo, fazerem, a defesa intransigente do concurso público. Cito aqui um exemplo: nunca esqueço, Depu-

tado Dobrandino, que em determinada oportunidade o Governo anterior criou setecentos, oitocentos cargos em comissão e o que aconteceu nesta Casa? Houve uma gritaria geral. O Governo justificava que se fazia necessário a contratação desses cargos em comissão, para que ele pudesse equipar a máquina como era necessário. O que aconteceu? Os Deputados, hoje do Governo, se posicionaram contra.

O que aconteceu agora? Quando o atual governo assumiu, achei o seguinte: como eles eram contrários à contratação daquele número de servidores em comissão, o Governo agora iria extinguir esses cargos para dar uma demonstração de que o seu discurso era coerente.

Cito, Deputado Dobrandino, mais um exemplo: o Governador é contra a contratação de "Delegado calça-curta", com o que concordo. É uma forma dele fazer a política, - como disse o ilustre Deputado Anibelli - moderna. Até critico, não concordo, mas aceito. Mas, gostaria de perguntar a V. Exa.: os cargos que havia para nomear os "Delegados calça-curtas" foram extintos? Não foram.

Ora, não temos os Delegados no interior, então não temos segurança. Os cargos que havia na Secretaria da Segurança, Deputado Dobrandino, a resposta que veio à Oposição é que esses servidores foram contratados para a segurança do Museu. Mais um erro cabal do Governo, porque se fazia necessário a contratação de segurança para o Museu ou de funcionários, que se fizesse concurso público. Se pegarmos aqui os cargos em comissão - que hoje os Deputados do Governo se calam, mas eram contra quando o Governo anterior criou.

Segundo, termina-se de contratar os assistentes administrativos que eram os famosos Delegados e não se extingue os cargos. E agora, se somamos tudo isso, estamos aqui em apenas um dia, autorizando o Governo a contratar servidores na hora em que ele bem entender. Na hora em que chegar lá um compadre, um amigo, um cabo eleitoral, um daqueles desassistidos do Governo, o Governador vai encontrar uma justificativa para contratá-lo e encostá-lo em algum lugar.

A Assembléia Legislativa não pode, sob a pena de ser conivente com o cabide de emprego!

Estamos aqui criando um cabide de emprego e não é apenas um setor. Poderíamos dizer que é só no setor da saúde. Não é. É no setor da saúde, no setor da infra-estrutura, no setor da agricultura; enfim, é global o projeto. E ele não diz apenas: são dez cargos para a saúde, cinco para a infra-estrutura. Fica sem limite o número de servidores que poderão ser contratados sem concurso público.

Por esta razão, Sr. Presidente que faço uso dos meus dez minutos, para tentar convencer os Srs. Parlamentares que este projeto vai servir a este Governo, para resolver os seus problemas. Mas, certamente estaremos cometendo aqui um absurdo em autorizar o Governo a contratar sem concurso público.

Era isso, Sr. Presidente. Imploro aos Srs. Parlamentares que votem contra esse projeto.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Tendo em vista que já encaminharam a votação, Deputada Elza Correia e o Deputado Valdir Rossoni, esta Presidência vai fazer a leitura do artigo: “No encaminhamento da votação será assegurada a palavra a qualquer Deputado para encaminhá-la pelo prazo de dez minutos, cinco Deputados a favor e cinco Deputados contra, por ordem de inscrição, no termo do artigo 153 do Regimento. O encaminhamento da votação terá lugar logo após ter sido anunciada a votação como foi feito por esta Presidência.

Artigo 173: Para encaminhar a votação, cada Deputado só poderá falar uma vez”.

Então, tenho inscrito aqui os Deputados: André Vargas, José Maria Ferreira, Plauto Miró Guimarães, Durval Amaral, Barbosa Neto, Bradock, Dobrandino e Nereu Moura.

Concedo a palavra ao Deputado André Vargas.

**O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Hoje, o Deputado Tadeu Veneri está em atividade em Brasília e solicitou que fizesse o encaminhamento daquilo que foi o acúmulo de discussão da Bancada do Partido dos Trabalhadores. Fizemos uma reflexão em relação às emendas, Sr. Presidente; com relação ao projeto é natural que precise de uma regulamentação, do ponto de vista que já há uma regulamentação federal. E temos peculiaridades, aqui no Estado e não poderíamos nos apropriar apenas da regulamentação federal. Por quê? Porque as atividades, do ponto de vista do Estado, seja na área da agricultura, da educação ou da saúde, em atribuições constitucionais, a exigem.

Temos ainda, Sr. Presidente, muitos funcionários contratados irregularmente desde a época de outros Governos. A regulamentação do contrato temporário é fundamental. Nós, da Bancada do PT, votaremos favoravelmente a matéria, com relação à emenda, porque é bom dizer que essa matéria adentrou a Casa e por conta não só dos Deputados do PT - seria um equívoco nosso - mas o conjunto de Deputados do Governo e da Oposição levantou questões em relação a inúmeros aspectos. Esse projeto voltou ao Palácio e foi novamente protocolado no sentido de corrigir aquilo que imaginávamos tratar de forma muito ampla: a contratação temporária. Portanto, votaremos favoravelmente ao projeto.

Com relação às emendas, Sr. Presidente, não obstante a polêmica que se estabelece, a discussão da nossa assessoria e da nossa Bancada nos orienta e, assim, concordamos com a aprovação de todas as emendas da Comissão de Finanças, excetuando os números um, cinco e sete. Para ser bastante conciso, orientaríamos a nossa Bancada, a do PT, encaminhando a votação, a proceder à votação da seguinte forma: favoravelmente ao projeto e contrário às emendas um, cinco, sete e as duas de plenário.

Quero levantar uma questão, Sr. Presidente, ainda que percebamos que, talvez, tenha faltado uma articula-

ção: fazer um apelo ao nosso Líder Dobrandino: é bom reconhecer que o Governo foi o único que tratou a questão daqueles sem enquadramento do Quadro Geral do Estado, e elaborou uma lei, que foi aprovada por esta Casa. Ocorre, Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, que em torno de dois meses, permanece sobre a Mesa da Secretária Maria Marta, a regulamentação dessa lei. Por que colocam essa questão amarrada à outra? Nós, aqui, nesta Casa, fizemos uma oposição para a votação do salário dos Secretários, antes da aprovação do Plano de Cargos e Salários dos Professores. É da natureza do Parlamento apontar ao Governo as prioridades, porque o Legislativo é o Legislativo e o Executivo é o Executivo, independentemente de ser Governo ou Oposição.

Parece que aqui está uma matéria que podemos fazer uma correlação com a falta de enquadramento de cerca de 1.300 servidores, distribuídos pelas mais diversas Secretarias. Por quê?

Porque se aprovada essa lei do jeito que está - e nós aprovaremos, dando o voto de confiança - podemos criar a seguinte situação: ao aplicar esta lei, o Governo, o IAP, por exemplo, pode contratar um engenheiro florestal por dois mil reais, enquanto lá permanece alguém sem enquadramento, ganhando quinhentos ou setecentos reais. Seria, portanto, uma injustiça.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, especialmente V. Exa. Líder do Governo, fica aqui o apelo no sentido que haja a regulamentação dessa lei ou que possamos também, mesmo estando em um momento de definição do projeto, levar novamente a reivindicação desses servidores que há décadas - alguns há década e meia - estão sem esse enquadramento. Isso não é responsabilidade deste ou daquele Governo. Este Governo já demonstrou a vontade de fazê-lo, apresentando o projeto e ele sendo aprovado. Mas, dois meses são mais do que suficiente para que se leve ao Governador um Decreto que regule para que, aplicada essa lei, não tenhamos uma injustiça.

Era isso, Sr. Presidente! Favorável ao projeto. Contrário às Emendas nº 01, nº 05 e nº 07 e às duas de Plenário.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra o Deputado Plauto Miró Guimarães.

**O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)**

Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Estamos vendo, nesse Projeto de Lei nº 485/2004, uma atitude do Governo do Estado do Paraná para poder abrir uma condição para contratar servidores sem concurso público. É claro que todas as necessidades excepcionais que houver no Governo - é claro o Governador acaba criando essas necessidades excepcionais - e o que veremos no Estado do Paraná é a contratação de pessoas que queria o Governador colocar no quadro público, que queria o Governador agradar a essas pessoas, inclusive

porque o ano eleitoral está aí, é o ano que vem, e esse projeto de lei vai dar a condição do Governo contratar sem concurso público. É como se fosse um cargo em comissão, aquele em que você contrata as pessoas que quer, próximas a você, sem ter que passar por um concurso.

Então, deixo aqui: é justo? É certo? É correto?

Nós, que vimos na campanha eleitoral do atual governante do nosso Estado do Paraná, discursar no sentido de fazer economias dos recursos públicos do nosso Estado do Paraná. E o que nós vimos?

Vencer as eleições, assumir o Governo, não diminuir o número de cargos em comissão, não diminuir o número de Secretários de Estado, que tanto criticaram o Governo anterior, que era um número muito grande. Mais de trinta Secretários de Estado existiam no Governo anterior e eles estão fazendo exatamente a mesma coisa que o outro Governo, só que mais, agora pedindo autorização para contratar sem concurso público quem eles bem entenderem, a pagarem quanto bem eles quiserem.

Então, chamo a atenção de todos os Parlamentares, para que não venhamos a dar uma carta em branco, um cheque em branco para o Governador do Estado do Paraná, para que possa ele fazer o que bem quiser com os recursos públicos do nosso Estado. Em especial, porque no ano que vem tem eleição.

Pensem bem!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra o Deputado José Maria Ferreira.

**O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O Projeto nº 485 busca tão somente regulamentar aquilo que o Governo Federal já vem fazendo e que é uma necessidade constitucional. O Governo do Paraná, de forma criteriosa, de forma correta, encaminha a esta Casa de Leis para que tenha suporte legal, em determinadas situações, de efetuar as contratações.

Estão fazendo aqui, Sras. e Srs. Deputados, uma interpretação errônea do texto que está para ser aprovado nesta Casa. Aqui não autoriza, Deputado Plauto, contratação aleatória, não. Não autoriza contratar compadres, companheiros de política - como insinuou - para as próximas eleições! O projeto estabelece critérios: o inciso I do artigo 2º: "atender a situações de calamidade pública" é uma necessidade; bem como "combater surtos epidêmicos". Não podemos ficar em situações como essa, apegados a um concurso público e as condições que são administrativas e que também autorizam, estabelecem prazo determinado.

A contratação não é aleatória, a contratação diz que tem que ser. E aqui está no próprio artigo do texto legal, que ora está sob apreciação, estabelece critérios, que é o critério da competência, critérios que a Constituição Federal norteia qualquer contratação: "Art. 4º O recrutamento do pessoal a ser contratado nos termos

desta lei será feito mediante processo seletivo simplificado, sujeito a ampla divulgação, inclusive através do Diário Oficial do Estado, prescindindo de concurso público. Os aprovados deverão apresentar atestado de saúde e todas as condições de executar o trabalho que venha a ser proposto".

Então, não trata aqui de nenhuma banalidade na legislação; trata, sim, de um instrumento legal. Hoje as universidades do nosso Estado, na vacância de qualquer um dos cargos por morte, falecimento, licença, não têm ninguém para substituir. E como é que se faz? Você, Deputada Elza, que é professora da Universidade Estadual de Londrina, reúne-se o departamento e redivide a carga aos professores remanescentes. Hoje não tem instrumento, nem que o Governo do Estado queira. Amanhã podemos ter uma epidemia em um País vizinho e o Estado do Paraná não terá como colocar gente, pessoal treinado para fazer a vigilância sanitária de saúde na fronteira. Amanhã se firmarmos um convênio com qualquer instituição em nome do Estado do Paraná, ele vai ter que contratar e depois aquele contrato termina e ficamos sem condições de executar. Amanhã, se tivermos algumas dificuldades em uma das nossas estradas, precisamos de agilidade para fazer a contratação e fazermos com que a nossa economia possa fluir.

Então aqui, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, não existe nenhuma banalização da legislação, até porque jamais poderíamos esperar que o Governador Roberto Requião encaminhasse para esta Casa um texto legal que contemplasse essa condição, porque ele tem sido duro, firme na questão da contratação de pessoal para o Estado. Porque esse é um compromisso que é permanente e as despesas que são permanentes gravam o Estado e aprisionam o Tesouro do Estado.

Por esta razão, para quem, nos seus dois anos e quatro meses, corrigiu e trouxe para o concurso a legalidade do quadro próprio mais de 5.500 professores e servidores que atendiam a APAE há mais de quinze anos - em alguns casos em regime de convênio - o Requião mostra mais uma vez a sua celeridade, a sua tranquilidade e a firmeza em tratar o servidor público conforme deve ser tratado.

Por essa razão, defendemos, sim, a aprovação do Projeto 485, oriundo da Mensagem do Sr. Governador, mais as emendas já mencionadas pela Deputada Elza Correia, e solicitamos, como fez aqui o Parlamentar que nos antecedeu há duas falas, que o projeto de lei votado nesta Casa, que trata do enquadramento dos desenquadrados, o Governo acione e faça com que ele possa contemplá-los também.

Essas são as considerações que nos trazem a esta tribuna. Portanto, esperamos e aguardamos o voto de todos para aprovação desse projeto de lei, oriundo da mensagem do Sr. Governador.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Com a palavra o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (PFL)

Sr. Presidente, Srs. Deputados. A Constituição Federal, no artigo 37, inciso II, afirma qual é a forma de ingressar na carreira pública, ou seja, somente mediante concurso público. Mais adiante o legislador excepcionaliza, no artigo 37 - 39 se não me falha a memória - que pode, mediante excepcional interesse público, o Poder Executivo contratar servidores, funcionários, e remete para a legislação complementar dizer o que é excepcional ao interesse público.

Acontece que aqui no Paraná, com esta tentativa do Governo do Estado, tudo pode. Os senhores poderiam perguntar-me: o que é excepcional ao interesse público? Para o Governo do Paraná tudo é de excepcional interesse público, desde que ele precise contratar. Mas é tudo mesmo. Todo e qualquer tipo de serviço pode ser contratado, da maneira como estamos votando este projeto de lei. Não é só para contratação em calamidade pública, claro. Se fosse só excepcional interesse público contratar servidores no caso de calamidade pública, claro que a Oposição iria dar apoio incondicional e irrestrito a esta mensagem do Governo. Mas não é só calamidade pública.

Por isso a nossa discordância. Não é só no caso de surtos epidêmicos, razão pela qual mora a discordância da Oposição.

E vocês poderiam me perguntar: mas, escuta, o Governo quer contratar, o Governo pode contratar na área da saúde? Pode. O Governo pode contratar na safra agrícola? Pode. O Governo pode contratar professor, seja ele brasileiro ou estrangeiro? Pode. O Governo pode contratar na área da segurança pública? Pode. O Governo pode contratar na área de serviços e manutenção, para fazer a manutenção, a preservação e a conservação das nossas rodovias? Por este projeto de lei, pode. Mas o Governo pode contratar para fazer pesquisas de campo? Também pode. O Governo também pode fiscalizar transgênicos por esta legislação e contratar tantos quantos forem necessários os servidores ou os funcionários - melhor me expressando - para combater os transgênicos no Paraná? Por esta legislação, mesmo ferindo o que feriu de morte o Supremo Tribunal Federal, a lei malfadada dos transgênicos no Paraná, por esta legislação, ele pode.

E para capinar lavouras - veja só o que estou dizendo aqui, Deputado Dobrandino - o Governo pode contratar, a título do excepcional interesse público, gente para capinar lavouras? Também pode, Deputado Barbosa Neto. E o Governo também pode contratar para celebrar, em função da celebração de convênios nacionais e internacionais, também pode contratar funcionários? Também pode! E para o meio ambiente, o Governo também pode contratar? Também pode! E pessoal administrativo, o Governo também pode contratar? o Governo também pode contratar para pessoal administrativo!

Então, o Governo pode tudo com esse - alguém disse aqui, o Deputado Valdir Rossoni - "cheque em branco". Deputado Valdir Rossoni, o senhor foi muito

modesto, não é um cheque em branco, é um talonário total em branco que estamos dando ao Governo do Estado! o Governo pode tudo, pode tudo!

Eu buscava e até pedi para nossa assessoria, para Dra. Lídia, para que localizasse na doutrina, o que era excepcional interesse público, porque tinha uma lembrança que os doutrinadores falavam sobre o excepcional interesse público. E tem aqui algumas decisões reiteradas dos Tribunais: "A contratação de pessoal por tempo determinado não dispensa o concurso público desde quando esta necessidade venha prevista com antecedência necessária para regular realização do certame. Tal assertiva também vale para realização de procedimento seletivo simplificado". Súmula do Supremo Tribunal Federal, 195.

"Contrato de trabalho para certa ou de prazo determinado transforma-se em contrato de prazo indeterminado quando prorrogado por mais quatro anos".

Mais outra aqui: "Não estão enquadrados na hipótese restrita do artigo 37/9 que é de excepcional interesse público, uma vez que sua atividade laboral não visa atender a necessidade temporária de excepcional interesse público". Referindo-se aqui, no caso específico dessa decisão do Supremo, aos professores ditos como suplementaristas.

Então, Srs. e Sras. Deputados, o Governo, infelizmente, tenta contratar todo e qualquer tipo de funcionário, valendo-se dessa hipótese: "de excepcional interesse público". Ora, sinceramente, isto é desrespeitar o servidor público do Estado do Paraná! Isto é para qualquer função o Estado contratando tantas quantas pessoas desejar, para não cumprir os concursos públicos!

Então, não podemos admitir! O que fizemos? Apresentamos várias emendas tentando adequar ou, pelo menos, minorar o efeito desse projeto que será tão lesivo para todos os servidores públicos do Estado do Paraná! Procuramos restringir a alguns casos excepcionais - realmente - nos casos de calamidade pública, nos casos de grandes endemias, em alguns casos urgentes que o Governo não possa ter outra alternativa a não ser contratar por prazo indeterminado!

Agora, o que deseja o Governo? Um verdadeiro talonário em branco! Querem, em todos os casos, em todas as hipóteses, contratar! São várias as hipóteses aqui colocadas, então, Deputado Valdir Rossoni, não podemos admitir, até porque sabemos, previamente, que as emendas da Oposição, muito especialmente as emendas que restringem essa ganância do Governo de não cumprir a lei, parece-me que neste Estado está sendo priorizada a violação da lei e não seu cumprimento! Não podemos admitir isso! Quer dizer, há casos sim, em que a calamidade, a emergência, a urgência justificam a contratação por prazo determinado. Nesses casos nós concordamos, em todos os demais não é possível, o Governo que faça concurso público para prover todos os cargos que o Estado tenha necessidade.



Então, senhoras e senhores, queremos apelar ao bom senso dos Deputados da Base Governista para que acolham as nossas emendas e rejeitem o projeto. Como ele está sendo colocado, é inadmissível! Não podemos aceitar - olha, até me desculpe a expressão mas é essa mesmo, não podemos aceitar que o Poder Legislativo subjugue-se tanto assim ao Poder Executivo. Não é admissível. Estamos, aqui para legislar, para debater; e efetivamente votar esse projeto da maneira como pretende o Poder Executivo, nós estaremos aniquilando as carreiras de Estado.

Alguém tem dúvida aqui, que para prover um cargo na Segurança Pública do Estado tem que ser através de concurso público? Os cargos na área da saúde tem que ser através de concurso público? Ou vamos deixar essas pessoas ingressando no serviço público a todo momento, contratados por prazo determinado, para que aqueles outros servidores não possam efetivamente lutar na luta sindical para suas conquistas na carreira da segurança pública, na carreira da educação, na carreira da saúde...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Solicito a V. Exa. que conclua, porque já terminou o seu tempo.

Solicito ao pessoal lá de cima que ao dar dez minutos, avise.

**O SR. DURVAL AMARAL (PFL)**

Muito obrigado. Agradeço a tolerância de V. Exa, não era minha intenção extrapolar o tempo.

Mas concluo dizendo, efetivamente, que precisamos fazer valer o Estatuto dos Servidores Públicos do Estado do Paraná. Precisamos valer, nesse momento, a força da Assembléia Legislativa, acolhendo as emendas da Oposição que restringem a casos que se justifiquem o "excepcional interesse público", ou seja calamidade, epidemia e casos que realmente são do maior interesse da sociedade.

Muito obrigado.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Questão de Ordem)**

Sr. Presidente, gostaria de propor a V. Exa. a suspensão da Sessão, porque temos agora nesse momento no Plenarinho, a Comissão da Terra, presidida pelo Senador Álvaro Dias, onde o Coronel Neves está fazendo sérias denúncias que atingem o Secretário da Segurança. O Coronel Neves chegou ao ponto de dizer que está preso por perseguição, porque prendeu quem levava drogas à casa do Secretário da Segurança,

Então, Sr. Presidente, é de extrema importância que nós, Deputados, acompanhemos o relato do Coronel, para que depois possamos tomar as medidas cabíveis. Proponho a V. Exa! Porque somente V. Exa. pode suspender a Sessão, conforme inciso XIX: "Suspender a Sessão... quando as circunstâncias exigirem." Artigo 20.

Acredito que as circunstâncias exigem a nossa presença na CPI da Terra.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Quero concordar com o Deputado Valdir Rossoni. Acho que os Deputados devem acompanhar a Sessão no Plenarinho.

No entanto, a minha sugestão é que logo após a votação dessa matéria importante, suspendam a discussão do conjunto dos outros projetos. Se é assim...

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Temos encaminhamento ainda por parte de três Srs. Deputados.

**O SR. ÂNGELLO VANHONI (PT)**

Estou na vez.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

V. Exa. não estava inscrito, a menos que V. Exa. fale no lugar do Deputado Dobrandino, ou do Deputado Nereu Moura. o Deputado Bradock excedia o número de cinco e ele abriu mão.

**O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)**

Falo no lugar do Deputado Dobrandino. A minha observação é a respeito da coerência de como entender o Estado.

Os meus companheiros da Oposição, Deputado Durval Amaral, Deputado Valdir Rossoni, têm uma forma diferente de compreender o Estado, da forma da qual eu penso, da forma da qual o Governador Roberto Requião pensa e como os Deputados da Base que dão sustentação ao Governo pensam. Há oito anos atrás essa Assembléia Legislativa do Estado do Paraná discutiu a contratação temporária de funcionários públicos, mas de uma maneira para fazer com que isso se transformasse em algo permanente, quer dizer, ficasse na estrutura do Estado. Na época o Governador Jaime Lerner mandou para a Assembléia um projeto de lei criando, na área da educação, não haveria mais concurso público na área da educação, como não aconteceu em oito anos, concurso público para contratação de professores e técnicos, trabalhadores na área da educação.

Foram contratados pelo regime da CLT no Parana-cidade. Uma estrutura jurídica, de natureza permanente, sem que tivesse nenhum controle por parte das instituições do Estado. Nem a Assembléia Legislativa sabia que a Paranaeducação contratava e nem o Tribunal de Contas. Uma ação no Supremo Tribunal Federal foi necessária para fazer com que a Paranaeducação prestasse contas ao próprio Tribunal de Contas. Esta estrutura, esta maneira de burlar a legislação, de não ter transparência e de poder contratar sem concurso público de forma perene, de forma institucionalizada, foi amplamente difundida e defendida por uma visão de Estado, a qual o Governador Jaime Lerner sempre defendeu, uma forma de um Estado

mínimo, sem as suas prerrogativas do ponto de vista até social, no campo da saúde e no campo da educação.

Eu via que o Deputado Rossoni, que foi Líder do Governo na época passada, defendia essa maneira de ver com uma forma muito enfática. O Deputado Durval Amaral, a mesma coisa e os outros Deputados que davam sustentação e que hoje estão na Oposição, da mesma forma.

O Governador Requião tem uma maneira diferente. Sabe que o Estado tem que ser uma estrutura permanente, para promoção da sociedade, para investir na qualidade do ser humano, para que o ser humano possa desenvolver-se de forma plena; por isso entende que o servidor público, o serviço público é essencial na sua relação com a sociedade. Daí a contratação, por concurso público, de profissionais na área da saúde, contratação recente de três mil professores na área da educação, contratação de policiais por concurso público na área da segurança pública. No sistema penitenciário, contratação de servidores para a manutenção das penitenciárias, do ponto de vista da necessidade que tem o sistema penitenciário em todo o Estado do Paraná, com a construção de novas penitenciárias.

Vejam que a forma do que estava em vigor até então, era diferente.

O estado pagava “x” recursos, volta e meia esses recursos eram recursos altos, para que o sistema penitenciário fosse administrado pela iniciativa privada e quem contratava era apenas a iniciativa privada, sem concurso público, sem controle nenhum por parte do Estado. Então, os recursos que eram drenados sem fiscalização da sociedade, eram recursos vultosos.

Então, é preciso que tenhamos coerência na forma de pensar, de qual o papel do Estado. Então, o Governador Requião está correto ao mandar esse projeto, porque como diz o próprio projeto, é em casos alheios à vontade da Administração e V. Exa. é testemunha que nesses dois anos e quatro meses do Governo do Sr. Roberto Requião, o Estado foi requalificado para prestar os serviços que ele deve prestar na sociedade, seja na área da educação, com a contratação de professores, seja na área da saúde, com a contratação de técnicos e servidores na área da saúde, seja na área da segurança pública, com a contratação, através de concurso público, de profissionais na área da segurança, seja na área do serviço penitenciário, na Secretaria da Justiça, através de concurso público, diferente daquilo que o senhor entende qual é o papel do Estado.

Há oito anos atrás, há quatro anos atrás, no Governo do Jaime, criamos estruturas permanentes que não possibilitavam o controle da sociedade e não eram funcionários contratados pelo serviço público e sim, iniciativa privada, Paranaeducação, Paranaidade, todas as “Paraná” que foram criadas com o intuito de fazer com que o Estado suprisse as necessidades, sem o rigor da lei, sem a transparência em relação à sociedade e de uma forma não perene, de uma forma transitória, porque o

senhor sabe que um professor que dá aulas, precisa estar com a garantia do Estatuto do Servidor Público para dar-lhe segurança. Ele não pode ficar como há quarenta anos atrás, à mercê da injunção política de um Delegado de Polícia numa cidade pequena, de um Vereador Líder ou Presidente de um Partido que, porventura esteja no Governo.

O professor precisa estar com o Estatuto do Servidor Público para estar com a sua garantia do ponto de vista do seu exercício profissional, que é a transmissão do saber. Por isso, o Governador Requião está certo em só admitir a contratação de funcionários de forma temporária através da CLT, aqueles que forem alheios à vontade da Administração.

Por isso, peço aos Srs. Deputados que aprovem a Mensagem do Governo, porque ela é correta, diferentemente daquilo que os Companheiros da Oposição afirmaram na tarde de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Com a palavra, o Deputado Barbosa Neto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, entendo que existem várias dúvidas com relação a esta discussão em torno do Projeto nº 485/2004.

Ouvindo os pronunciamentos dos Deputados, fico imaginando como mudam os pontos de vistas, diante do Governo que está no poder. Vejo que em tempos passados, o Governador Roberto Requião falava tanto em transparência, em moralidade e sempre defendia o ingresso na vida pública através de concursos, o que lamentavelmente não está ocorrendo agora.

No início desse Governo, chegamos a provar aqui a contratação de mais de quatrocentos cargos para o Teatro Guaíra. Mas, isso no início do governo, talvez até se justificasse, porque essa importante casa que abriga a cultura e o teatro do nosso Estado poderia sofrer prejuízos caso esses funcionários não trabalhassem nesse local.

Parece-me que nesse momento, a um ano das eleições, qualquer tipo de convite aos funcionários, para trabalhar ao Governo sem o respaldo de um concurso público, soa como um golpe.

Portanto, temos que reportar-nos inclusive à contratação dos funcionários de forma emergencial, na Rádio e TV Educativa, que está sendo objeto de investigação na justiça, com o cancelamento até do concurso.

Não podemos esquecer-nos também, que os funcionários de carreira do próprio Estado, que até agora não foram enquadrados pelo Governo, cujo decreto está na mesa da Secretaria da Administração, Maria Marta Lunardon, não foi assinado esse decreto que promove e regulamenta a Lei nº 14.590/2004. Nesse decreto estão todos os critérios para o enquadramento desses funcionários de carreira.

Entendo que, se for aprovado esse projeto da forma como estamos vendo aqui, corre-se o risco do Governo

do Estado cometer uma grande injustiça e uma distorção, até mesmo, com aqueles funcionários que há mais de dez anos esperam seus direitos respeitados.

Com essa contratação, corremos o risco, por exemplo, de ver um geógrafo ou um engenheiro, recebendo R\$ 500,00 por mês, como acontece hoje no Governo do Estado, porque ainda não foram enquadrados; e serem contratados profissionais sem formação, inclusive ganhando dois, três, quatro, cinco mil reais. E esses R\$ 500,00, não paga nem mesmo a taxa anual que o CREA cobra deles.

Entendo que isso tudo mereça nesse momento, ser discutido por todos nós, até para evitar um desgaste maior para esse Governo, que se notabilizou, perante até mesmo à imprensa nacional, por ser um Governo nepotista.

Até parafrasear o que anda dizendo a imprensa nacional: “Pior do que nepotismo é o nepetismo”. Aonde foram contratado, até agora nesse momento, 25 mil cargos sem concurso público. Isso inclusive está nas manchetes dos jornais desse final de semana.

Portanto, respeito aqui a Deputada Elza Correia, respeito o Deputado José Maria, que defendem a contratação sem concurso público. Mas, com a minha consciência tranquila, não posso votar esse projeto. Até entendo o que foi dito aqui, pelo Deputado José Maria Ferreira, quando falou da questão emergencial, da sazonalidade ou mesmo até de uma epidemia que possa vir a molestar todos nós, paranaenses, ou em caso de fronteira.

Mas, o que é urgente e o que é emergente para este governo que aí está? A própria legislação já prevê que, no caso de uma emergência haja contratação por parte do Governo do Estado, como defendeu aqui o Deputado Durval Amaral. Num caso específico como este, o Governo pode enviar uma mensagem de caráter urgente e nós aprovamos.

Mas, do jeito que está sendo colocado este projeto, quero estar em paz com minha consciência, de primeiro pedir aqui, publicamente, para que o Governo do Estado, através da Secretária da Administração, Maria Marta Lunardon, assine e despache para o Governador o mais rapidamente possível, o enquadramento dos servidores, que há mais de dez anos aguardam esta condição, que na verdade é um direito de todos eles.

E faço um apelo para aqueles Deputados que querem votar o projeto - e todos nós queremos - neste momento: não vamos cometer mais uma injustiça. Não podemos ser irresponsáveis a este ponto. Portanto, em nome da minha consciência, vou votar contra ao que entendo um “cabide de empregos” e um “trem da alegria”. Vamos nos reportar aqui, ao belo trabalho que fazia a Oposição no Governo passado, que combateu o neoliberalismo do Governador à época, Jaime Lerner, mas que agora está se comportando da mesma forma como se comportavam os governistas daquela época.

Temos que ter consciência e acima de tudo consultar os registros do passado, para não cometermos injustiça com a nossa população que clama tanto, tanto mesmo, por empregos decentes. Não podemos fazer como faz o Presidente da Câmara, o Severino, dizendo que porque tem diploma tem que ser contratado. Não podemos mais servir de chacota para a imprensa e temos que andar de cabeça erguida, olhando nos olhos da população.

Não é o momento de se contratar pela porta dos fundos! Viva o concurso público, para dar o direito a todos os servidores que engressarem no quadro de carreira do Governo do Estado, serem respeitados em todos os seus direitos, como está acontecendo, por exemplo, com os bravos servidores que não foram contemplados na nova legislação e que até agora também não foram respeitados através do despacho do Decreto nº 14590, mandado a esta Casa, aprovado, e que falta agora o Governo do Estado pronunciar-se a respeito!

Portanto, Sr. Presidente, com minha consciência tranquila, estou pedindo aqui também, em nome daqueles que quando vêem mais um decreto assinado como este, reclamam, xingam, enxovalham o nome dos Deputados. Vamos saber quem é quem, neste caso, e vamos preservar a imagem desta Casa, que não pode “goela abaixo” aprovar um projeto que vai prejudicar os trabalhadores e o povo paranaense.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Em votação o projeto, ressalvadas as emendas.

**Aprovado.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Solicito verificação de votação

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Solicito chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Nereu Moura**)

(Faz a chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Trinta e oito Deputados presentes. Há quórum para a votação.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, tenho um requerimento na mesa, que pede a votação nominal e gostaria de encaminhar...

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não recebi o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Mas está na Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vamos colocar em votação o requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria que V. Exa. fizesse a leitura.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

(**Lê requerimento**)

Em votação. Deputados favoráveis ao requerimento, permaneçam como estão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Eu cedo antes ao Deputado Durval Amaral, depois encaminho.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Devido ao adiantado da hora - já tem inclusive uma Sessão Solene logo após esta Sessão Ordinária - gostaria de pedir aos nobres Deputados que compõem a Base do Governo, que estão aqui pacientemente aguardando, devido a importância deste projeto, que rejeitem esse requerimento.

Vamos votar em bloco as emendas, pelo menos dá um andamento mais rápido à Sessão.

Já está, inclusive, em processo de votação, Sr. Presidente, não cabe requerimento.

O SR. NATÁLIO STICA (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Eu já tinha, inclusive, me agachado, porque encontrava-me em pé quando V. Exa. encaminhou a votação para que permanecessem como estavam os Deputados que fossem favoráveis. Eu, para votar contra, agachei-me no corredor.

Portanto, a questão de ordem é: já estamos em processo de votação e não cabe mais encaminhamento de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito à Assessoria da Mesa porque há uma questão de ordem do Deputado Natálio Stica e temos que decidir.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Solicito que V. Exa. aguarde um minutinho.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Aguardo.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Não há no Regimento, Deputado Natálio Stica, nada que possa obstruir um requerimento solicitando a chamada nominal.

Portanto, vamos proceder à votação do requerimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**).

Sr. Presidente, se não me falha a memória, a votação já ocorreu. Se houve um erro da Mesa que está conduzindo os trabalhos e não recebeu o requerimento da Oposição, não há o que discutir, porque uma questão correta já votamos.

Estamos em processo de verificação de votação e não há como regredir porque já votamos, temos que contar quem votou contra e quem votou a favor.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Procede a argumentação de V. Exa. Agora, precisa ver se tem amparo no Regimento. Não posso trabalhar senão pelo Regimento.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

V. Exa. está cumprindo o Regimento quando já votou, não há como regredir, já houve a votação. O que tem que ocorrer agora, Sr. Presidente, é verificar quem votou contra e quem votou a favor.

É o que determina o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Orienta-me a Mesa de que há realmente, uma situação em que já foi procedida a votação e está se procedendo a verificação.

Então, não é mais possível fazer votação nominal.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**).

Sr. Presidente, estamos encaminhando um acordo entre Lideranças para votarmos o projeto. Propomos suspender a Sessão para que votemos as emendas no dia de amanhã, porque o adiantado da hora já está prejudicando a Sessão Solene que seria às 17h.

Se for entendimento do Líder do Governo, é o entendimento do Líder da Oposição e, numa eventualidade, se não for entendimento do Líder do Governo, encaminharemos o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Temos uma Sessão Solene logo em seguida, o Arcebispo de Curitiba está em nossa Casa aguardando, com o Deputado Hermas Brandão. O Deputado licenciado Caíto Quintana, está na Casa também, para representar o Governador. Vou sugerir o seguinte: está sem demérito da discussão, sugeri ao Deputado Dobrandino e ao Deputado Rossoni que votássemos o projeto e suspendêssemos a Sessão para que realizássemos aqui a Sessão Solene em comemoração à Campanha da Fraternidade.

Era nesse sentido e não no sentido de qualquer articulação política. Só para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Perfeitamente. Vamos à votação do projeto e posteriormente, se for deferido pelas Lideranças, a Presidência acata.

Em votação. Deputados favoráveis ao projeto queiram levantar-se.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, quero deixar claro que houve um entendimento com o Líder do Governo e ele aceitou a proposta.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Esse encaminhamento posteriormente deverá ser feito à Mesa.

Em votação. Deputados favoráveis ao projeto, queiram levantar-se.

Solicito ao 1º Secretário, Deputado Nereu Moura, que proceda a contagem.

Trinta e dois Deputados votaram a favor do projeto.

Deputados contrários queiram manifestar-se.

Seis Deputados votaram contrariamente.

Portanto, **está aprovado o projeto, artigo por artigo.**

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Gostaria de fazer o registro dos Deputados que votaram contrariamente: Deputados Barbosa, Traiano, Durval, Scarpellini, Waldir Leite.

Sr. Presidente, agora há um entendimento para suspendermos a Sessão, senão sinto-me enganado, porque eu ia encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Se de fato houve o entendimento entre as Lideranças, gostaria de ouvir o Líder do Governo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

O nosso entendimento: suspende-se a Sessão agora por trinta minutos para a Sessão Solene e volta-se a Sessão Normal, continuando a votação. Esse foi o nosso entendimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não haverá quórum. Então, como não há o entendimento do ilustre Líder - e ele tem sido muito compreensivo, não estou entendendo nesse momento o Líder do Governo.

Mas, acredito que seria bom esse entendimento devido às autoridades que estão aí. Agora, não podemos de forma nenhuma, Sr. Presidente, abrir mão de discutir as emendas que são importantíssimas nessa questão.

Vamos suspender a Sessão, amanhã teremos a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Vou suspender a Sessão por cinco minutos para que as Lideranças possam buscar um entendimento, senão a Presidência vai decidir.

**(Está suspensa a Sessão por cinco minutos)**

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Reiniciamos os trabalhos.

Foi votado e aprovado o projeto, em 2ª Discussão. Tem as emendas para serem analisadas. Há quatorze emendas: dez da Comissão de Finanças, duas de Plenário e duas da CCJ.

Vamos votar pela ordem.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

**(Assentimento)**

Há um requerimento do Líder do Governo. Desejo encaminhá-lo e precisaria saber se houve o acordo.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Houve o entendimento com o Líder do Governo e V. Exa.. Acho que o acordo vai ser mantido.

Consulto o Deputado Dobrandino se o acordo está estabelecido.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, o acordo que fizemos suspende a Sessão por trinta minutos - não sei precisamente o tempo - para a Sessão Solene e a Sessão volta ao normal, de novo, para continuar a votação.

Foi isso o que combinamos aqui.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, V. Exa. colocou aqui que não há como suspender a Sessão.

Ou derrubamos a Sessão e deixamos para o dia de amanhã a votação.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não é permitido suspender a Sessão em processo de votação. Estamos em processo de votação. Votamos o projeto e agora, as emendas.

Só posso suspender a Sessão se não houver o número de 28 Parlamentares no plenário, para votar as emendas. Automaticamente, a Sessão estará suspensa e voltará na pauta, amanhã, a mesma Ordem do Dia de hoje.

Consulto V. Exa. se foi isso que discutimos.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Se V. Exa. não concorda em suspender por trinta minutos e voltar, então continuaremos a Sessão para votar as emendas.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, não há acordo. Há um requerimento do Líder do Governo pedindo votação em bloco. Caso não haja acordo, queremos começar a encaminhar o requerimento.

Aguardo a decisão do Líder do Governo.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou sendo informado que já tinha sido votado o projeto.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente?

(**Assentimento**)

A Sessão Solene será feita agora, Sr. Presidente. Está marcada para as cinco horas.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estava marcada para as cinco horas. Mas não posso, volto a afirmar a V. Exa. e aos demais Parlamentares, suspender a Sessão simplesmente por suspender, em um processo de votação, a não ser que não haja número de Srs. Parlamentares em plenário, para a votação.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Mas se não houver número de Parlamentares no plenário, o senhor suspende?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Suspendo a Sessão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

E depois da Sessão Solene, ela reinicia ou só amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Só amanhã.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Quería falar com o Deputado Dobrandino, uma vez que os convidados estão na Casa. Quer dizer, temos que

olhar essa questão, até para não sermos deslegantes com as pessoas que estão aqui na Casa e que foram convidados.

Então, creio que temos que encontrar uma solução para podermos honrar a palavra, porque a Assembléia convidou as pessoas para virem aqui.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Não quero ser intransigente, Sr. Presidente, tanto quando a Oposição está sendo. Mas como, na verdade, tem uma Sessão Solene e achamos que é importante para esta Casa e V. Exa. já manifestou que não tem como encerrar a Sessão.

Não posso propor aqui o esvaziamento do...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vamos adotar a seguinte posição: vamos pôr o requerimento da votação da emendas em bloco. O Deputado Valdir Rossoni não vai encaminhar - vou fazer um apelo para que ele não encaminhe - e aí, com o número de Deputados que estão presentes na Casa, automaticamente não haverá número para votar e estará encerrada a Sessão.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Pela ordem, Sr. Presidente.

(**Assentimento**)

Depois do requerimento, daí teria que votar as emendas, naturalmente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim.

Mas, não vai ter quórum para votar o requerimento, pelo número de Deputados que estão presentes aqui. Automaticamente vai dar-se por encerrada a Sessão, voltando amanhã com a mesma pauta.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Só que daí estará encerrada a discussão do requerimento.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Esse é o problema.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não. Não estará encerrada a discussão do requerimento. Só se o Deputado Valdir não encaminhar.

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Porque se for assim, vamos convocar os Deputados para virem para o Plenário de novo. Então, vamos fazer um acordo aqui: encerra-se a discussão do requerimento, porque senão vou sugerir ao Deputado Dobrandino que convoque os Deputados para virem para o Plenário para votar.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pela ordem, Sr. Presidente.

**(Assentimento)**

Tratando-se de questão em que há pelo menos uma possibilidade de acordo, a Sessão Solene de hoje estava prevista para outro dia e outro horário, que inclusive era às 14h30. Aí, houve uma Sessão Solene em homenagem ao Papa que faleceu, Carol Wojtyla, o Papa João Paulo II.

Se por acordo não poderíamos, porque, como poderíamos ter realizado a Sessão na hora do Grande Expediente, se não poderíamos apenas suspender a Sessão? Realizaríamos em trinta minutos a Sessão Solene, com a presença dos Deputados, e voltaríamos para continuar a votar. Se houver quórum para votar, bem. Se não houver, paciência, essa é uma outra questão. Mas, apenas uma suspensão por trinta minutos para realizarmos essa deferência importante. E foi essa a proposta do Dobrandino e é acordo com o Deputado Rossoni. É acordo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, gostaria de colocar a posição da Oposição. Não posso deixar votar o requerimento sem encaminhar. Esse entendimento, antes que V. Exa. chegasse aqui, foi de abrimos mão de encaminhar o requerimento de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Então, vou colocar uma posição para V. Exa. e para o Líder do Governo: os dois Líderes encaminham um requerimento para a Mesa, pedindo a suspensão da sessão de hoje em virtude da Sessão Solene já convocada anteriormente, pois os nossos visitantes já estão aqui e vamos atendê-los.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Com todo o prazer assinarei do lado do Deputado Dobrandino, apesar de não merecer.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Consulto o Deputado Dobrandino.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, e a Sessão continua depois da Sessão Solene?

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Pode continuar se houver quórum.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Acho que devemos tomar uma medida definitiva, porque não vai ter quórum posteriormente.

Vamos reabrir a Sessão e não vai ter quórum.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT)

Essa é uma questão prática, Sr. Presidente. Vamos por etapas: havendo acordo na questão...

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Acordo é acordo. Fechamos um acordo total e não um meio acordo.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, então vamos votar o requerimento antes, e depois encerramos a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sim.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Aí eu encaminho...

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento de V. Exa.

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Vou encaminhar o meu, mas não sei se ele encaminhará.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Sr. Presidente, temos o direito regimental de encaminhar o requerimento e cinco Deputados vão encaminhá-lo.

Sr. Presidente, é importante que se diga que o acordo já foi feito. Sr. Presidente, nós da Oposição fizemos um requerimento para votação nominal.

Aí, em um entendimento aqui, deixamos de encaminhá-la para votação nominal, porque iria ser surpresa a Sessão.

Agora, novamente, tenho que abrir mão da votação das emendas, quando as emendas são muito mais importantes!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O que entendi, tanto de V. Exa. como do Deputado Dobrandino: não se discute e encena-se agora e amanhã será discutido.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Só quero fazer uma pergunta a V. Exa.: amanhã, ao votar o requerimento, teremos o direito de encaminhar?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sem dúvida nenhuma, se V. Exa. e o Deputado Dobrandino encaminharem um requerimento à Mesa agora, pedindo a suspensão da Sessão, pelos motivos já alegados.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Concordo em encaminhar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está consolidado o entendimento?

O SR. NEREU MOURA (PMDB)

Sr. Presidente, coloca em votação vamos fazer pedido de chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Mas não houve o entendimento entre o Deputado Dobrandino e o Deputado Valdir?

O SR. DOBRANDINO DA SILVA (PMDB)

Sr. Presidente, está difícil ter esse entendimento. Nós concordamos, suspenda o encaminhamento desse requerimento suspendendo a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não podemos ficar nesse impasse, o Presidente vai tomar a decisão.

Está suspensa a Sessão por trinta minutos, até concluirmos a outra Sessão e depois voltaremos novamente. Se houver número, votamos.

### **Requerimentos**

Sobre a mesa, Requerimento nº 895, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças nºs 02, 03, 04, 06, 08, 09 e 10, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004. **Prejudicado.**

Requerimento nº 896, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Emendas da Comissão de Finanças nºs 01, 05 e 07, apresentadas ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004. **Prejudicado.**

Requerimento nº 897, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando votação em bloco das Emendas apresentadas em Plenário ao Projeto de Lei Complementar nº 485/2004. **Prejudicado.**

Requerimento nº 917, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda de Plenário nº 01, ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia. **Prejudicado.**

Requerimento nº 918, de autoria do Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda de Plenário nº 02, ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia. **Prejudicado.**

Requerimento nº 921, de autoria dos Deputados Durval Amaral e Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando destaque para a votação da Emenda da Comissão de Finanças nº 01, ao Projeto de Lei nº 485/2004, constante da presente Ordem do Dia. **Prejudicado.**

Requerimento nº 926, de autoria dos Deputados Valdir Rossoni, Durval Amaral, Ademar Traiano e Barbosa Neto, constante do expediente, solicitando votação

nominal do Projeto de Lei nº 485/2004, e suas respectivas emendas. **Prejudicado.**

(É suspensa a Sessão)

### **Ordem do Dia da próxima Sessão:**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deixamos de reabrir a Sessão Ordinária por falta de número legal, marcando outra para terça-feira, dia 19, à hora regimental, com a seguinte

#### **ORDEM DO DIA:**

DISCUSSÃO E VOTAÇÃO ENCERRADA - do Projeto de Lei Complementar nº 485/2004.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 189, 447/2004; 054, 066, 079 e 084/2005.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 050 e 107/2005.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 040 e 109/2005.

Levanta-se a Sessão.

### **Publicações:**

#### **Atas de Comissão**

#### **Comissão de Educação, Cultura, Esportes, Ciências e Tecnologia**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos trinta dias do mês de março de dois mil e cinco, na Plenarinho da Assembléia, às 09h00, foi realizada Audiência Pública para discussão sobre a Saúde dos Servidores do Estado do Paraná. A Sra. Deputada Elza Correia, Presidente desta Comissão, abriu a Sessão anunciando a composição da Mesa, com a presença do Sr. César Luiz Lacerda Abicalaffe, Diretor do Departamento de Assistência à Saúde, representando a Exma. Sra. Maria Marta Lunardon, Secretária de Estado da Administração e da Previdência; Professor José Lemos, Coordenador do Fórum dos Servidores Públicos, e o Sr. Deputado Tadeu Veneri, membro titular desta Comissão. A Sra. Presidente passou a palavra ao Sr. Deputado Tadeu Veneri, para presidir a Audiência. O Sr. Deputado agradece a presença de todos e convida a Sra. Vereadora Josete para compor a



Mesa. Em seguida comunica o não comparecimento do Secretário de Estado da Saúde, passando a seguir a palavra ao Professor José Lemos para que dê início ao debate. O Professor José Lemos agradece a Assembléia Legislativa, aos participantes da Mesa e aos presentes. Expõe a necessidade de melhora no Sistema de Saúde dos Servidores, pelo fato deste não contemplar certas enfermidades e também estar com equipamentos ultrapassados, tendo assim, como objetivo principal do Comitê Pró-Saúde a substituição do atual Sistema, SAS, pelo IPE Saúde, compromisso de campanha do Governador do Estado. Há necessidade também, de prevenção para acidente de trabalho, proteção e tratamento de reabilitação, enfim, um sistema de tratamento digno aos Servidores do Estado. Após, com a palavra o Dr. Abicalaffe, que justifica a ausência da Sra. Secretária Maria Marta e concordando plenamente com a necessidade dos servidores. Esclarece que foi elaborado um projeto para a Saúde e que infelizmente não foi aprovado por falta de recursos. Sendo assim, está em estudos uma mudança no atual sistema, um novo modelo SAS, do qual foram feitas cópias e distribuídos aos componentes da Mesa, conforme consta em anexo, parte integrante desta Ata. Esclarece que está no projeto de melhoria do SAS, o Plano de Saúde Ocupacional, e que este deverá ser concluído até o mês de julho deste ano. Coloca à disposição dos presentes o número de telefone e site disponíveis para esclarecer dúvidas. Em seguida, a Sra. Vereadora fez uso da palavra, expondo, como aspecto importante, a retomada de discussão com o Estado para que os servidores tenham saúde de qualidade. Na sequência, o Sr. Deputado Tadeu Veneri destinou espaço para que fossem realizadas perguntas ou sugestões pelos senhores presentes, sendo em seguida, respondido pelo Sr. Abicalaffe. Este comunica aos presentes o comprometimento de agendar evento na Secretaria da Administração e da Previdência, para esclarecimentos, estando também aberto a críticas e sugestões. Logo após, o Deputado Tadeu Veneri solicita ao Dr. Abicalaffe para que seja encaminhado ao Fórum dos Servidores, cópia de todos os contratos realizados, e também sugere realizar Audiências em todo Estado para buscar solução. Após, a Sra. Deputada Elza Correia passou a presidir esta Audiência, ressaltando o compromisso desta Comissão em dar continuidade aos trabalhos realizados, buscando solucionar o impasse quanto à implantação de um Sistema de Saúde que contemple satisfatoriamente os servidores do Estado. Para encerrar, a Sra. Presidente solicitou a oficialização para realizar Audiência com a Sra. Secretária, Maria Marta, juntamente com o Fórum dos Servidores e esta Comissão, conforme consta em gravação em fitas cassetes, fazendo parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, a Sra. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente  
Solange Mann - Secretária

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E  
ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA  
ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de abril de dois mil e cinco, na Secretaria de Estado da Administração e da Previdência, às 10h00, foi realizada reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esportes para discussão sobre a Saúde dos Servidores do Estado do Paraná. A Sra. Secretária Maria Marta Lunardon, abriu a Sessão justificando a ausência na Audiência do dia trinta de março, por motivo de viagem agendada anteriormente ao Estado do Mato Grosso, mas encaminhando, como representante da Pasta o Dr. César Abicalaffe. Esclarece o cumprimento às questões tratadas pelo Governador em campanha, houve formulação de projeto, ainda na gestão do Secretário Reinhold Stephanes chamado de IPE Saúde, tentando estruturar uma autarquia e modificar sistema que vigorava no Governo anterior, dando continuidade ao mesmo, mas com mudanças políticas sempre há questionamento e dificuldades, principalmente a questão orçamentária e financeira. O Estado do Paraná presta e concede sistema interessante e diversificado aos servidores, em comparação a outros Estados da Federação. A partir do momento em foi verificado por decisão do Governo, de que a implantação do Projeto IPE Saúde nos termos em que foi colocado inicialmente, não haveria compatibilidade por questões orçamentárias e financeiras, buscou-se realizar novas licitações, e outros contratados nas diversas regiões do Estado, diminuindo a distância para atendimento, revendo as questões contratuais do Governo anterior. Estabelecendo, mediante edital de licitação, a obrigação expressa para haver controle, auditorias permanentes e aferir qualidade de prestação de serviços, ao longo da execução contratual, mediante sanções do não cumprimento. É necessária a implantação de um sistema informatizado adequado para acompanhar procedimentos e atendimentos, que está em fase de licitação. Também está sendo construído Projeto Plano Diretor de Saúde Ocupacional do Servidor. É importante a abertura entre o Estado, os Sindicatos, os servidores, e associações sobre este assunto, para proporcionar esta prestação de serviços ao servidor da melhor forma possível. Coloca como representante o Dr. Tizzot, por motivo de compromisso com o Governador do Estado. A Sra. Deputada Elza Correia solicita a palavra, agradece e anuncia a presença do Sr. Deputado Reni Pereira, membro desta Comissão; dos Srs. Antonio Tumul e Rosângela Silva, do Sindicato da UEPG; do Sr. César Caggiano, do SINDIPROL; Ivalino André, Assessor da Deputada Cida Borghetti; Maria Auxiliadora Fernandes, do SINDISEAB; Maria Elaine Rodella e Roseli Aparecida Martins, do SINDSAÚDE; Stella Codato e Henrique Rodomanski, do SINTEMAR; Cláudio dos Santos, SINDER. Paulo Rodrigues, do SINDIJUS; Ivan do SINTEOESTE; José Schede, Chefe de Gabinete da Secretária; do Professor José Lemos, coorde-

nador do Fórum dos Servidores e do Dr. Edson Tizzot, Diretor do Departamento de Assistência à Saúde. Esclarece a importância da audiência realizada para discutir sobre a saúde. A seguir, anuncia e justifica a ausência por motivo de viagem. Na sequência, o Professor José Lemos esclarece que o modelo atual de fazer repasse *per capita* traz problemas, por não ter como haver fiscalização para que se cumpra o contrato. A Sra. Secretária responde à questão quanto ao modelo, tendo como necessidade a implantação do sistema para maior controle quanto à prestação de serviços individual. Concorde que o modelo só terá qualidade e coerência, com nova licitação para uma fiscalização permanente. Estão sendo efetuados novos contratos para aperfeiçoamento do sistema existente em 2002/2003 até então, para a melhora do sistema, e estando sempre aberto, dentro das limitações, para questionamentos e revisão do atual modelo. A seguir, o Professor José Lemos questiona pela falta de cobertura

para exames e determinadas doenças, doenças ocupacionais, e também solicita audiência para discutir sobre o Parana Previdência. Na sequência, a Sra. Secretária concorda que no que trata de saúde ocupacional o Estado deve iniciar um estudo melhorado, e também em marcar nova reunião para tratar do assunto sobre o Parana Previdência. Solicita licença para ausentar-se. Logo após, o Sr. Edson Tizzot inicia sua apresentação, conforme cópia anexa, detalhando sobre o Sistema de Assistência à Saúde ao Servidor do Estado do Paraná, e também conforme consta em gravação em fitas cassetes, fazendo parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar, encerram-se os trabalhos, dos quais, para constar eu, Solange Mann, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pela Sra. Presidente, para que produza os efeitos legais.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente  
Solange Mann - Secretária